

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO**



ATA Nº 7/2024

DATA : 28/06/2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2024, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.
2. Aprovação das atas:
 - 2.1. Ata nº. 5/2024 referente à sessão de 25 de abril.
 - 2.2. Ata nº. 6/2024, referente à sessão de 29 de abril.
3. Intervenções.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

2 - Discussão e votação da proposta de “1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta nº. 16/2024)

3 - Discussão e votação da proposta de “2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco de Castelo Branco”. (Proposta nº. 17/2024)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

4 - Discussão e votação da proposta “Contas Consolidadas do Grupo Municipal do Ano de 2023”. (Proposta nº. 18/2024)

5 - Discussão e votação da proposta de alteração do “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança”. (Proposta nº. 19/2024)

6 - Discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal de atribuição de 1000 compostores domésticos, no âmbito do Projeto FUSILLI”. (Proposta nº. 20/2024)

7 - Discussão e votação da proposta de “Declaração de Interesse Público. Lardosagro, Lda. Tapada da Mouca, Lardosa”. (Proposta nº. 21/2024)

8 - Discussão e votação da proposta de “Centauro Internacional -Trocadores de Calor, Lda. Pedido de Isenção de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)”. (Proposta nº. 22/2024)

9 - Discussão e votação da proposta de “Abertura de Procedimento Concursal para o Cargo Dirigente Intermédio de 1.º Grau de Diretor do Departamento de Administração Geral”. (Proposta nº. 23/2024)

10 - Discussão e votação das propostas de “Acordos de Colaboração a Celebrar com Juntas e Uniões de Freguesias”:

10.1. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Festival José Afonso – Malpica do Tejo – Edição 2024. (Proposta nº. 24/2024)

10.2. União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede. Mercadinho da Criadilha e Festival dos Moinhos. (Proposta nº. 25/2024)

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Jorge Manuel Vieira Neves, Carlos Salvado (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes), Catarina Proença (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria Manuel Salavessa Duarte (em substituição de João Filipe Dias Ribeiro), Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), José Alberto Moreira Duarte, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Maria de Fátima Dias (em substituição de Jorge Manuel Ferreirinho Diogo), João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, João Filipe Dias Ribeiro, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, João Filipe Dias Ribeiro, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:

Presidente da Assembleia Municipal

Bom dia. Declara-se aberta a sessão deste órgão deliberativo, que decorre no Salão Nobre do Município e que, como habitualmente, está a ser transmitida em streaming nas redes sociais, em concreto nos sites do Município e da Assembleia Municipal.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal

Caras e caros Deputadas e Deputados Municipais

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho

Senhoras Vereadoras e Vereadores do Executivo Municipal

Caros Dirigentes e Funcionários Municipais

Saúdo os Munícipes presentes aqui e ainda todos aqueles que estão connosco remotamente e... ainda cumprimento os elementos da Comunicação Social que vão acompanhar a sessão. Sejam, portanto, todos bem-vindos à sessão da Assembleia Municipal de Castelo Branco, agendada formalmente de acordo com o Regimento e com a legislação em vigor.

Nos termos regimentais, em concreto do Artigo 39.º entramos no Período de Antes da Ordem do Dia. No início deste ponto da OT, pretendo prestar à Assembleia uma informação a dar conta que estive presente no dia 18 de maio no IV Congresso da ANAM que se realizou no Auditório Municipal de Barcelos.

O evento contou, institucionalmente, com a presença do Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar Branco, do Secretário de Estado da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Administração Local e Ordenamento do Território, Hernâni Dias, e do Presidente da CCDR-Norte, António M. Cunha.

Um dos assuntos centrais do Congresso residiu na necessidade de rever o estatuto das AM, com o objetivo de elevar o papel deste órgão na democracia local através de uma clara definição que leve ao reforço das suas competências e da sua autonomia funcional, financeira e jurídica.

Quanto à correspondência recebida está disposição da Assembleia para consulta e é a seguinte:

- Albigeç
- Documento de prestação de contas de 2023
- Relatório de Execução orçamental 1º Trimestre de 2024

CATA - Documento de prestação de contas de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves & associados SROC, Lda. - Parecer e Certificação de Contas Consolidadas;

Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa - Prestação de Contas 2023. Certificação Legal de Contas, Parecer e Relatório;

Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Castelo Branco

- atas das reuniões de Câmara Municipal das reuniões,

ordinária de dia 05 de abril (Ata n.º 10)

ordinária de dia 19 de abril (Ata n.º 11)

extraordinária de dia 19 de abril (Ata n.º 12),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

o Extraordinária de dia 30 de abril (Ata n.º 13) e ordinária de dia 03 de maio (Ata n.º 14)

- Jornal “Voz das Misericórdias” – Publicação de Maio;
- Associação Portuguesa de Deficientes – maio de 2024;
- 2 Newsletters do IPCP.
- Quanto aos Convites dirigidos à Assembleia Municipal, refiro :
 - Ciclo de Seminários Inovação & Desenvolvimento Local do Observatório Autárquico CESOP-Local da Universidade Católica Portuguesa (IDL).
 - Evento "O grupo de Coimbra do PPD na construção de Abril" (dinamizada pela Universidade de Coimbra, pela Sedes, pela Civicus, pela AEDAR e pela ANAM)
 - I Jornadas Municipais Lusófonas, evento promovido conjuntamente pela Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra, ANAM-Associação Nacional das Assembleias Municipais, CVEL-Centro de Valorização dos Eleitos Locais e ValorGlocal, CRL
 - Inauguração das bicicletas elétricas (BINAS)
 - 2.ª Reunião Plenária (e FINAL) da Comissão Consultiva do PDM
 - Inauguração do Portugal Cheese Festival
 - Cerimónia de Assinatura do Pacto de Milão, organização da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e o Município de Castelo Branco.
 - Castelo Branco Moda'24.
 - REUNIÃO IBÉRICA Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo Branco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- I Encontro Ibérico - Impulso para concretização da Auto-Estrada de Moraleja a Castelo Branco. Constituição da Aliança Territorial Europeia
- Desfile “Miss Portugal 2024” com o Bordado de Castelo Branco
- Apresentação da Operação da Reabilitação Urbana (ORU) da zona histórica da cidade de Castelo Branco.
- Inauguração dos Sabores da Vila Condal em Sarzedas
- Lançamento do livro de poesia de Gonçalo Salvado, ilustrado por Álvaro Siza Vieira com edição especial em braille
- Qualidade ao Serviço dos Sistemas Alimentares Locais
- Sessão de Abertura da VIII Semana Nacional de Formação
- Inauguração da exposição “5 Anos de Criatividade”, dos Artistas residentes da Fábrica da Criatividade.
- Seminário “Arte, Paisagem e Turismo Sustentável
- Convite para as Marchas de São Pedro.
- Inauguração da exposição “Uma Poética Resistente”
- Sessão Pública de Apresentação da Proposta do Plano de Cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional
- Inauguração da exposição “interpretARTE” de Rosário Bello
- Inauguração do Relógio de Sol no Parque Urbano da Cruz do Montalvão.
- Cerimónia de entrega da Medalha de Ouro da Cidade, a Sua Alteza Real o Príncipe Aamyn Aga Khan.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Apresentação do livro “Amália Rodrigues – Origem, Raízes e História” de José Barata de Castilho.
- Inauguração da exposição de João Leitão “Sou o que pinto, sou o que desenho”.

Ontem, mesmo, ao final da tarde recebemos uma Nota Informativa do Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local e da Coesão Territorial, Bruno Nunes.

Na sequência da aprovação da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, deram entrada na Assembleia da República, ao abrigo do Regime Especial, Simplificado e Transitório, 182 processos de correção de uniões de freguesia.

Para o respetivo acompanhamento e avaliação daqueles, na anterior legislatura, emanado da 13ª. Comissão Parlamentar, foi criado um Grupo de Trabalho, denominado “Grupo de Trabalho das Freguesias” que, por seu turno, contou com uma “Comissão Técnica de Avaliação”, constituída por uma economista e uma jurista, nomeada pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, para a análise económico-financeira e técnico- jurídica, respetivamente, a que se juntaram dois técnicos (um efetivo e um suplente) indicados pela Direção-Geral do Território, para procederem à análise cartográfica- geográfica.

Na sequência da análise técnica preliminar, concluída a 20 de outubro de 2023, foram notificadas do conteúdo da mesma, todas as assembleias municipais autoras das propostas de desagregação de uniões de freguesias.

Fruto da dissolução da Assembleia da República, quer o “Grupo de Trabalho”, quer a “Comissão Técnica de Avaliação” cessaram funções.

Já na presente legislatura iniciada a 26 de março de 2024, a Comissão Parlamentar do Poder Local e da Coesão Territorial deliberou, por unanimidade, criar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

o Grupo de Trabalho das Freguesias, composto pelas seguintes Senhoras e Senhores Deputados: Alfredo Maia (PCP), Carlos Brás (PS), Joana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Luís Paulo Fernandes (CH), Mariana Leitão (IL), Olga Freire (PSD) e Paulo Muacho (L) na condição de membros efetivos e Dulcineia Catarina Moura (PSD) e Jorge Botelho (PS) na condição de membros suplentes.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), tomou formalmente posse no passado dia 04 de junho, tendo deliberado na sua primeira reunião, realizada a 12 de junho, “reativar” a “Comissão Técnica de Avaliação” com vista à apreciação, quer das respostas aos convites de aperfeiçoamento, quer outras comunicações emanadas das Assembleias Municipais, atinentes à matéria em apreço que, fruto da dissolução da Assembleia da República, não foram até ao momento objeto da necessária análise, na sua totalidade.

Assim, enviaremos cópia desta Nota Informativa aos Executivos e Assembleias de Freguesia do nosso Concelho que desenvolveram processos de correção de uniões de freguesia de acordo com o Regime Especial, Simplificado e Transitório.

2. Aprovação das atas:

2.1. Ata nº. 5/2024 referente à sessão de 25 de abril.

Aprovada, por unanimidade.

2.2. Ata nº. 6/2024, referente à sessão de 29 de abril.

Aprovada por unanimidade.

3. Intervenções.

Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Informo os Senhores Deputados que deram entrada na um voto de pesar, um voto de saudação e também uma moção. O Voto de pesar é devido ao falecimento do nosso colega Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, João Dionísio que faleceu repentinamente, fruto de doença, em que sou o primeiro subscritor.

O voto de saudação o primeiro é do Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, sobre a “Abolição das portagens nas ex-SCUT”.

Finalmente, a moção, cujo primeiro subscritor é o Senhor Deputado, José Dias Pires, sobre “O apoio aos objetivos prioritários da ATE – Aliança Territorial da União Europeia para a conclusão do troço que falta na ligação internacional Madrid/Lisboa através do norte da Extremadura e também da Beira Baixa.

De acordo com nº. 3 do artigo 41.º do Regimento, as moções, recomendações e votos poderão ser lidos ou apresentados no Período de Antes da Ordem do Dia e, portanto, sendo assim, iremos avançar para as intervenções, mas antes de dar a palavra aos Senhores Deputados, tendo em conta que sou o primeiro subscritor deste voto de pesar, vou passar a ler:

Voto de Pesar

Como é sabido, faleceu, no passado sábado, João Dionísio – Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova.

Informo que estive presente na derradeira homenagem ao autarca nosso colega e que enviei uma mensagem de condolências à Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova e ainda à Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa, instituições que representava.

Propõe-se que a Assembleia Municipal de Castelo Branco, institucionalmente, aprove um voto de pesar e consternação associando-se ao luto e à dor sentida pela família e instituições às quais se dedicou.



Ernesto Candeias Martins (MPT)

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, quero em primeiro lugar destacar a apresentação pelo Município do Plano Operação de Reabilitação Urbana ou de Pormenor relativo à Zona Histórica do Castelo, efetuado por uma equipa com prestígio técnico e conhecedor do cenário de intervenção, as nossas felicitações. Congratulamo-nos pela nossa insistência nesta Assembleia Municipal para a realização desse 'Esqueleto' e de algumas ideias/contributos que fizemos alertando para a análise cartográfica à morfologia da 'colina' e respetivo espaço global nas suas várias dimensões de modo a efetuar uma adequada intervenção e não como o sr. Presidente inicialmente pretendia de meter pessoas e depois atuar. Tomámos as nossas notas e estaremos atentos às fases de ação nos 37 quarteirões, sabendo que é um Plano complexo e laborioso para um período entre 8 a 10 anos, que exige 'Estratégia' de execução e política para a sua resolução. A reabilitação desta Zona constitui um problema com diversas origens e antecedentes que peca por tardio, sem estudos preliminares com soluções articuladas com as opiniões da sociedade civil e moradores/comerciantes, tendo por base os seus anseios e a manutenção da vertente arquitetónica, histórico-cultural e social da zona, que apresenta um potencial pela sua ancestralidade histórica e cultura material e imaterial. Da forma como se inicia o Plano de reabilitação no quarteirão 1 (junto ao Castelo) e 37, assim conheceremos o decorrer do resto da intervenção e cá estaremos para fazer uma análise aprofundada dessa evolução, em articulação com a implementação de projetos identitários do património edificado. Esperamos um diálogo aberto com os cidadãos sugerindo que faça um colóquio aberto a finais de fevereiro/2025, aquando do Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses no intuito de elencar os problemas diagnosticados com o evoluir do Plano e os ajustes ou estratégias a ter.

Por outro lado, ficámos contentes de ver no terreno e perante a nossa insistência nesta Assembleia Municipal e propostas de segurança cidadã, do arranjo



de arruamentos, da pavimentação de ruas e passeios e outras intervenções de manutenção viária urbana para assegurar uma melhor segurança. As equipas no terreno (não sendo suficientes) têm realizado algumas reparações e também as obras em curso em duas artérias da cidade e esperamos a sua continuidade e execução nos prazos previstos de modo a não perturbar a vida diária dos cidadãos e comerciantes até finais do ano. O desleixo ou falta dessa intervenção nos últimos anos foram a causa, entre outras, do mau estado dos pavimentos em algumas avenidas e ruas (p.ex. Boa Esperança e do Brasil- Req. Efetuado em 2023 -AM de 09/02/23, e ainda na zona Valongo) associado à segurança nas vias públicas por sistema que garante a mobilidade do peão nas travessias pedonais, assim como um Plano Global que evita a sinistralidade pedonal urbana e/ou melhoramento e ampliação da Sinalização Viária para toda a cidade e também em algumas freguesias. Desejamos diretrizes que promovam a Segurança Viária a partir do design urbano existente que dê segurança a todos os cidadãos.

Senhor Presidente da Câmara Municipal quero questioná-lo brevemente em 3 aspetos fulcrais:

1.-Como está a intervenção no território com a Vespa Asiática (vespa velutina) e outras invasores, que continua a ter ninhos que afetam a apicultura, setores agrícolas e florestal implicando a diminuição de insetos polinizadores, cujos efeitos põem em causa a sustentabilidade dos respetivos ecossistemas e a segurança dos cidadãos. Fizemos já vários alertas nesta Assembleia Municipal para realizar um combate efetivo e global em todo o Concelho (até agora só fez à volta de vinte intervenções a ninhos) à vespa asiática, numa atuação do Gabinete Florestal, da Proteção Civil e Juntas de Freguesia numa desinfestação com medidas eficazes (campanhas de informação aos cidadãos, Manual de Boas-Práticas no combate às espécies invasoras, sensibilização nas escolas).



2.-Senhor Presidente avizinha-se mais um ‘verão com onda de calor e incêndios’ com consequências colaterais para os cidadãos do território e pergunto-lhe como está acionado o Plano de Emergência da Proteção Civil (até 30 setembro) com respetivos pormenores de ação e prevenção, cabendo à Comissão Municipal de Proteção Civil assegurar essas medidas, com a colaboração de entidades e instituições municipais imprescindíveis às operações de proteção e socorro/assistência no terreno, previsíveis no caso dos incêndios e calor elevado no âmbito da saúde. Dispõe a Equipa de Proteção Civil dos meios necessários de intervenção e adequados a uma gestão das possíveis ocorrências neste verão quente?

3.-Senhor Presidente a Câmara está a realizar obras no recinto dos Lentiscais (quase terminada e por certo bem construída), contudo o respetivo espaço para o acesso de pessoas em mobilidade de cadeira de rodas está longe das WC e agrava-se com o aglomerado de pessoas. A sugestão é que esse acesso seja feito perto das casas de banho, pois aquando dos dias de festa há grande dificuldade dessas pessoas com deficiências, com cadeiras de rodas e idosos com pouca mobilidade acederem aos WC.

Espero Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco possa esclarecer e elucidar sobre estas questões levantadas.

Tenho dito.

Maria Manuela Salavessa Duarte (CHEGA)

Esta cidade tem evoluído largamente no que diz respeito a espaços lúdicos e de lazer. Conseguimos encontrar espalhados pela cidade diversos parques infantis, bem como, diversos campos de jogos.

Recentemente temos recebido algumas queixas por parte dos moradores da zona da Carpalha devido ao uso do campo de futebol em horários noturnos e tardios que conforme nos comunicaram já trouxeram este problema aqui a esta Câmara



Municipal e nada viram ser feito. Sendo também esta zona residencial, os moradores acabaram por não conseguir descansar, então estes recorrem frequentemente à polícia que prontamente atua, mas no dia seguinte estão lá outra vez. Ora, se o campo está no meio de uma urbanização, junto das casas, as pessoas têm o direito de poder descansar, como tal, solicitamos ao Senhor Presidente que se encontre uma solução o mais breve quanto possível, pois o verão já chegou apesar de não parecer e a tendência a usar este espaço em horários noturnos só irá aumentar.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

João José Louro Ramos (PSD/CDS/PPM)

Começo por falar sobre o que se passou este fim de semana em Monforte da Beira, o S. João Baptista este fim de semana que passou.

Quero agradecer a presença do Senhor Presidente que nos acompanhou no Domingo em duas ocasiões e desta vez ainda não houve graves problemas, pelo menos até agora, das imagens menos cordeais, também não aconteceu nada para que isso aconteça. É importante dizer que tivemos a divulgação através da RTP com quatro diretos e da TVI no programa de terça-feira, da Cristina Ferreira e do Cláudio Ramos, onde foram dois representantes do S. João Baptista e correu bem. Aproveitando as viagens que o Senhor Presidente fez a Monforte da Beira por duas vezes, não posso deixar de falar sobre a estrada municipal 554 que liga Monforte da Beira à EN18. Está sinalizada há 2 ou 3 anos para uma intervenção porque tem buracos, ou depressões, temos curvas sem nenhuma visibilidade, os salgueiros e outra vegetação estão a invadir a faixa de rodagem e porque as acessibilidades de segurança são importantes.

Senhor Presidente trago-lhe aqui esta questão, se já tem o projeto aprovado e se consta no Orçamento e GOP no valor de quinhentos mil euros, gostaria de saber se está previsto o início das obras da requalificação da dita estrada?



Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (SEMPRE-MI)

Sobre o IC31.

Como é um tema que me persegue, ou talvez que eu o persiga, aceitei o simpático convite do Senhor Presidente, para assistir ao 1ª Encontro Ibérico da Aliança Territorial Europeia.

Já tinha dado conta, pela comunicação social da criação da ATE, e até fiquei surpreendido com a notícia, porque o “...irreversível...” que publicamente a então ministra coesão territorial nos deixou em 19 de janeiro, devia ser suficiente credibilizar a execução da obra apesar da flutuação dos prazos de execução que têm vindo a ser anunciados.

Perguntei a mim mesmo para que é necessário a criação de uma qualquer plataforma reivindicativa a favor da construção do IC31, se está tudo bem encaminhado? Interpretei esta situação como um primeiro sinal de alerta, no que respeita ao avanço desta obra. Trata-se, no entanto, uma excelente iniciativa vinda do lado de lá da fronteira, criada para uma nobre missão.

Foi, no entanto, uma jornada de contrastes. Ao otimismo moderado dos políticos opôs-se a resignação de grande parte dos empresários em especial os do outro lado da fronteira, onde se notou mesmo um grande sentimento incredibilidade no que respeita à execução da obra.

Registei outra situação que me causou apreensão. Todos nos lembramos o que o Senhor Presidente referiu na Assembleia Municipal de 17 de fevereiro, ao responder a uma intervenção minha sobre este tema... e passo a citar “Este Presidente de Câmara manterá a mesma atitude quer o governo seja do PS quer o governo seja do PSD ou de outra força política...”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Até aqui o nosso presidente publicamente reivindicou para si um trabalho discreto em prol desta nossa causa, pautado pela diplomacia, junto das entidades governamentais para fazer valer as suas e nossas ideias acerca deste desiderato.

Num giro de 180 graus, aparece agora (e bem) na primeira fila desta plataforma reivindicativa.

Como devemos interpretar esta sua mudança de atitude? Será que sente estar em perigo tudo o que foi anunciado? Ainda na Assembleia Municipal de fevereiro, referiu que durante a mesma tinha ligado para a Ministra ou para o Secretário de Estado para certificar prazos e financiamento.

...e agora? com este governo, já conseguiu falar com o novo Ministro ou Secretário de Estado para se certificar que a obra sempre avança? Ou confia neles?

Perante estes sinais, será que temos de virar o processo reivindicativo, para os seus colegas de coligação (o PSD)?

Mais uma vez mergulhei nos documentos oficiais que são públicos, começando pelo programa do Governo, e sim lá está. O segundo parágrafo do ponto 9.1.1, espelha a frase que estava no programa eleitoral manifestando a intensão de concretizar os projetos do PNI 2030...e sim no PNI 2030, lá aparece em segundo lugar, na ficha R8 do Anexo A.1. Ou seja, o governo tem intenção, mas não diz quando...

Deixo por isso um desafio aos nossos colegas do PSD. Como trabalho de casa, levem esta ficha do PNI e tragam-na de volta na próxima Assembleia Municipal, mas com datas concretas de execução. É possível?

Também peço ao nosso colega que é deputado da nação (João Ribeiro), que naquelas conversas dos corredores da Assembleia da República, ou nas audições, use do seu estatuto de representante do povo, para inquirir o governo sobre este processo. Ou será que o não de André Ventura às novas autoestradas se sobrepõe a isso?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Recordo que João Ribeiro é o único deputado com origem no Concelho de Castelo Branco, de entre as 3 vagas para deputado do distrito. Sim sei bem que o distrito elegeu 4 deputados, mas o PS ofereceu uma destas vagas, ao distrito de Setúbal.

O grande erro deste processo do IC 31, foi não termos tido a capacidade de colocar a obra no PRR. Nesta altura onde a pressão está na execução dos projetos do PRR teríamos a certeza que tudo isto estaria a avançar.

Por último vamos votar uma moção redigida no lado de lá (Espanha) que o PS aqui apresenta. Lembrando que grande parte da bancada do PS votou contra uma moção nossa há uns anos atrás sobre este tema, reconhecendo, no entanto, coerência do primeiro subscritor desta moção (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) que na altura foi dos que votou a favor da nossa moção em 2021.

Muito obrigado a todos.

Christelle Varanda Domingos (PS)

É com grande satisfação que me dirijo a esta Assembleia para destacar a vivacidade e o dinamismo associativo que caracterizam o nosso Concelho, como demonstrado pelos eventos ocorridos na última semana, de 17 a 24 de junho de 2024. Estes eventos não só refletem a nossa riqueza cultural e social, mas também mostram o empenho e a participação ativa da nossa comunidade.

De entre as várias iniciativas, talvez a mais visível para todos tenha sido a edição de 2024 do Rally de Castelo Branco, que temos vindo a acolher anualmente, e que voltou a ser um grande sucesso. Este evento desportivo de grande envergadura atraiu centenas de entusiastas de automobilismo e pilotos de renome, colocando as nossas estradas no mapa nacional e internacional. O Rally não só proporcionou momentos de adrenalina e competição, mas também dinamizou a economia local com



a presença de visitantes e participantes que se alojaram, alimentaram e exploraram a nossa cidade.

Mas, apesar da sua espetacularidade, o Rally não foi a única iniciativa desportiva dessa semana. Tivemos o 7º Futsal Kids dinamizado pela Associação Recreativa do Bairro da Boa Esperança, reunindo mais de 500 jovens atletas de diversas idades, em 2 dias de torneio, em 4 pavilhões da nossa cidade e um total de 50 equipas em competição, promovendo a prática desportiva entre os mais jovens. Da mesma forma, realizou-se a edição de 2024 da Alcains Cup dinamizada pela Academia CDA, reunindo equipas de futebol de várias regiões do país e destacando-se pela organização exemplar e pelo entusiasmo dos jovens atletas. Assistimos ainda ao Albigym Fest, organizado pela Associação Albigym, um evento que celebrou o desporto e a saúde, com diversas atividades físicas e apresentações de ginástica. Estas são apenas três de entre muitas iniciativas desportivas a que temos assistido recentemente.

No entanto, não é só na área desportiva que a nossa cidade está viva e de boa saúde, o Concerto do (sexagésimo sétimo) 67º Aniversário do Orfeão de Castelo Branco, no passado dia 22, marcada por um concerto memorável que reuniu antigos e novos membros, proporcionando uma viagem musical que celebrou a história e a continuidade desta instituição, demonstra que as associações no nosso Concelho se mantêm fortes e dinâmicas. Também na área musical, tivemos outra importante instituição, o Conservatório Regional de Castelo Branco, a organizar o 12.º Festival de Guitarra de Castelo Branco, que nos trouxe uma série de concertos com guitarristas talentosos, não só enriquecendo a nossa oferta cultural, como celebrando o dinamismo do nosso Conservatório. E ainda a iniciativa Estado Ativo, da Associação Terceira Pessoa que reuniu mais de 100 pessoas na aldeia da Azinheira Freguesia de Benquerenças.

Em outros âmbitos, numa altura do ano em que as celebrações são tradicionais, inúmeras iniciativas mostram a vida associativa dos nossos bairros, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

exemplo foi a Marcha Popular do Bairro do Castelo, que trouxe cor e alegria às ruas, com a participação entusiástica dos moradores em trajes típicos e coreografias bem ensaiadas. Este evento, além de ser uma celebração comunitária, é um importante meio de fortalecer os laços sociais numa zona que, sendo o coração da cidade, é uma grande prioridade deste executivo e demonstra assim, ter as condições para o renovado impulso que lhe queremos dar.

Mas também nas Freguesias vemos este dinamismo, como na Festa Popular de São João nos Escalos de Cima, um evento que é um importante elemento de preservação das nossas tradições e de promoção do convívio entre os habitantes desta nossa Freguesia e do Concelho. Outro exemplo foi a realização dos Sabores da Vila Condal nas Sarzedas, que se destacou pela promoção dos produtos locais e pela riqueza da nossa gastronomia, tendo sido uma oportunidade única para munícipes e visitantes degustarem e apreciarem os sabores autênticos da nossa região, contribuindo para o fortalecimento do turismo gastronómico.

Apesar de não terem sido iniciativas, não podia deixar de parabenizar a Universidade Sénior Albicastrense da Associação Amato Lusitano pelo prémio de campeão nacional de "walking football" e a Zakygym pela menção honrosa pelo título nacional na categoria de juniores femininos, que são duas das muitas demonstrações do reconhecimento que as nossas associações merecem fora do nosso Concelho.

Todos estes são apenas alguns exemplos do que acontece em Castelo Branco, mas ilustram bem a energia e a diversidade que caracterizam o nosso Concelho, a vida e o dinamismo que têm as nossas associações e a nossa cidade.

O mérito de todas estas iniciativas é dos Albicastrenses e das suas Associações, mas temos de reconhecer que todas estas iniciativas não ocorreriam com as condições que têm, sem o apoio da Câmara Municipal. Este apoio é fundamental e é devido, mas ele representa muito trabalho, diário, da Câmara Municipal, do



Executivo e dos trabalhadores municipais, em prol de Castelo Branco e dos Albicastrenses.

Se há muitos eventos em Castelo Branco, como os que mencionei, não é por iniciativa do Município, é por iniciativa da nossa população, e o Município diz presente, com o seu apoio, o seu incentivo e a sua ajuda, porque é também assim que se dá vida a Castelo Branco e se fomenta a qualidade de vida da população.

Agradeço a atenção de todos e felicito todos os envolvidos na organização destes eventos pelo seu trabalho árduo e dedicação. Juntos, continuaremos a construir um Castelo Branco cada vez mais vibrante e acolhedor.

Muito obrigado.

Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA)

O motivo que me traz aqui, hoje, é a questão das pessoas que tiveram nas mesas de voto nas eleições, de março, nas legislativas que têm andado a reclamar por causa do pagamento que ainda não foi feito. E, portanto, já vai quase para quatro meses e ainda não foi pago e já nem falo destas porque foram recentes. É assim, se é difícil angariar pessoas para as mesas de voto, mesmo a pagar, se não pagarem, ainda vai ser mais difícil e, portanto, depois quero ver como é que vão angariar pessoas para as mesas de voto.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Antes de mais, quero fazer uma declaração de interesse. Eu sou pai de um aluno do 1º. Ciclo, da Escola Cidade Castelo Branco e na qualidade de pai, tive conhecimento de uma quantidade de situações que existem na Escola Cidade Castelo Branco que requerem a intervenção dos responsáveis, neste caso, da autarquia. Existem condições estruturais que requerem algum tempo e investimento, tais como, infiltrações nos edifícios, falta de espaços protegidos ou cobertos para os miúdos se



protegerem e abrigarem, sobretudo, quando está pior tempo que tanto pode ser chuva, como muito calor. É o momento de identificar e incorporar no orçamento para o próximo ano, estas situações.

Mais, acredito que outras escolas possam estar em situações exatamente idênticas.

Existem outras situações que não requerem tanto investimento e que chocam os pais, a mim, pessoalmente, chocam-me. Por exemplo, os alunos que frequentam o Bloco G, da Escola Cidade Castelo Branco que é normalmente do 1º. Ciclo, com sete anos, oito anos, comem os lanches da manhã e da parte da tarde sentados no chão, na rua, não têm mobiliário onde possam colocar as suas lancheiras, porque não têm mobiliário urbano. Existe outra situação, têm que encher as garrafas de água nas casas de banho porque não há bebedouros. O meu filho chega a casa e diz “o único sítio onde podemos encher a garrafa é na torneira da casa de banho”, isto também é um pouco chocante, sobretudo, quando temos temperaturas em maio de 38 graus, os miúdos a correr e a brincar têm a necessidade de se hidratarem.

Segundo informação da escola, esta situação da falta de mobiliário exterior, bebedouros, já foi identificada pela escola e reportada a Executivos anteriores, mas até à data, nada foi feito e se a documentação não existe, a escola está disponível para reencaminhar todo o trabalho que têm feito.

Outro tema, é a falta de auxiliares, sabemos que já foram recrutadas pessoas no concurso que foi fechado há relativamente pouco tempo, mas ainda não são as necessárias.

Assim, pergunto ao Senhor Presidente, três questões:

No orçamento do próximo ano, pode ter em conta estas situações estruturais das escolas e não falo só na Escola Cidade Castelo Branco, falo nas escolas em geral.



Podemos aproveitar a pausa letiva deste ano que vai começar hoje para colocar mobiliário exterior e bebedouros neste bloco mais concretamente? E como está a pensar recrutar os auxiliares que estão em falta nos Agrupamentos?

Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)

A bancada do Sempre – Movimento Independente nas reuniões desta Assembleia de dezembro de 2023, de fevereiro de 2024 e de abril de 2024 confrontaram o Sr. Presidente da Câmara com a sua incapacidade e ineficiência em cumprir as promessas que o PS e o Dr. Leopoldo Rodrigues fizeram para a Zona Histórica de Castelo Branco, em setembro de 2021, durante a campanha para as eleições autárquicas, designadamente:

- 250 novas famílias para o centro histórico;
- Criação de 500 novos postos de trabalho;
- Atração de 50 novas empresas;
- Apoio a 100 empreendedores jovens;
- Reabilitação de 250 novas habitações;
- etc.

No passado dia 20 de junho, o Senhor Presidente da Câmara apresentou aos Albicastrenses a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) que pretende promover na zona do castelo.

Tivemos oportunidade de conhecer a Operação que os reputados e qualificados técnicos, recentemente contratados pela Câmara Municipal de Castelo Branco, em conjunto com o corpo técnico da Câmara pretendem levar a cabo nos próximos anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Saudamos o início da operação e estamos cá para contribuir para o sucesso da mesma.

Também constatámos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu publicamente que não tinha consciência do alcance das promessas feitas em setembro de 2021, quer em termos de prazos, quer em termos de processo de execução. Temos de agradecer à Arquitecta Ana Queirós do Vale o facto de, como o Senhor Presidente assumiu, lhe ter colocado os pés no chão.

Também foi assumido pela qualificada equipa técnica que a Operação iria dar sequência aos trabalhos desenvolvidos na zona do castelo, nas últimas décadas, pela autarquia de Castelo Branco.

Senhor Presidente, lamentamos que só agora, passados 3 anos do seu mandato é que tenha dado início a este processo.

Lamentamos também a forma irrefletida e populista como foram feitas as promessas do PS nas últimas eleições autárquicas.

Do ponto de vista técnico, não nos parece que a requalificação da capela de Santa Maria, o Centro de Interpretação Mestre Templário Pedro Álvares Alvito, o Centro de Acolhimento ao Peregrino e a Escola de Chefes sejam suficientes para promover a atratividade do espaço e gerar o necessário movimento de pessoas. Consideramos que não serão estas medidas que farão com que sejam alcançadas:

- 250 novas famílias para o centro histórico;
- Criação de 500 novos postos de trabalho;
- Atração de 50 novas empresas;
- Reabilitação de 250 novas habitações;



- etc.

Na política estamos habituados a que os dirigentes deem relevância à sua ação através de operações simbólicas, como seja o lançamento da primeira pedra de uma obra que seja considerada relevante.

No passado dia 20 de junho o Senhor Presidente da Câmara inaugurou uma nova forma de fazer política, mais consentânea com a ação do Executivo que dirige – no nosso entendimento, foi promovida com pompa e circunstância o lançamento da primeira página do estudo que necessariamente terá que preceder a requalificação urbana da zona do castelo.

Maria Cristina Vicente Granada (PS)

A intervenção de arquitetura paisagística que contempla as floreiras do passeio verde, decorreu no âmbito do programa REACT-11- Compete 2020 visando o “Apoio à Transição Climática e intervenção e resiliência dos territórios face ao risco”.

Quer queiramos, quer não, as alterações climáticas estão aí.

As ondas de calor, amplitudes térmicas comprometem a qualidade de vida dos habitantes e obrigam as autarquias a repensarem-se.

Esta obra, realizada por uma equipa competente, corresponde ao projeto arquitetónico da Arquiteta Filipa Almeida, profissional premiada a nível nacional e internacional, e com 20 anos de experiência nestas áreas específicas.

As floreiras representam um pequeno oásis de frescura no meio do passeio verde. Com as árvores de pequeno porte, flores e herbáceas aromáticas apropriadas, e arbustos resistentes e resilientes, a flora selecionada tem por objetivo resistir e adaptar-se.



Goste-se ou não, a subjetividade é livre, também das opiniões. Estamos em democracia e falamos livremente. Por isso sim, as floreiras são uma escolha de qualidade na requalificação do passeio verde. As peças instaladas, a morfologia retangular, a volumetria, o peso, a cor, o escoamento e armazenamento de matéria dentro das floreiras, tudo isso foi refletido e equacionado para que aquele espaço oferecesse um novo jardim com desfrute para quem possa passar ou queira sentar-se por ali.

Então para não falar de cor, fui até lá, sentei-me e confirmei que a orientação dos bancos oferece o desfrute do espaço. Estão previstas sombras para o sol da manhã ou da tarde. Deixemos crescer e florescer as árvores.

Confirmei também a reutilização do mobiliário urbano pré-existente, sustentabilidade. E considero, sim, que se trata um projeto bem concebido, bem executado, inclusivo e em acordo com uma cidade que se quer viva e dinâmica. No “passeio verde” Castelo Branco mostra novidade, renovação, frescura, e oferece um espaço pensado para o bem-estar de quem ali se deslocar.

Por isso, ao Executivo parabéns pelo pensamento de sustentabilidade.

Bom trabalho Senhor Presidente.

Ana Cristina Marques Lourenço (SEMPRE-MI)

Antes da minha intervenção, quero também aqui fazer uma declaração de interesse. Sou a mãe de um aluno do 1º. Ciclo, da Escola Básica da Senhora da Piedade, as condições da degradação da escola são em tudo idênticas às da escola do filho Senhor Carlos Antunes.

Relativamente, à questão de não haver mobiliário para os lanches, a degradação na parte do pátio do edifício, o facto dos alunos não terem talheres para



almoçar e também a questão das tampas do esgoto na parte de trás da escola que estão abertas e já houve uma criança que se magoou.

Portanto, relativamente, à intervenção, a mobilidade sustentável é efetivamente importante para o desenvolvimento e para a afirmação dos territórios e das cidades onde se insere porque permite a todos os cidadãos que façam uma mobilidade sustentável e ecológica, permite-lhes também escolher o seu veículo de locomoção e acima de tudo também permite imprimir uma consciência ambiental e ecológica na cidade.

Sabemos que muitas cidades de Portugal e da Europa têm uma ciclovia, redes de ciclovias que permitem que esta mobilidade sustentável seja efetivamente uma realidade, imprimindo-lhes também o grau de modernidade que também gostaríamos de ter.

Muitas vezes foi questionado aqui ao Senhor Presidente como é que está a questão da construção das ciclovias e nunca obtivemos uma resposta coerente e concreta. Portanto, voltamos a perguntar, Senhor Presidente, como é que está a questão das ciclovias? Parece-lhe importante para a cidade a construção dessas ciclovias, tendo em conta a questão das binas (bicicletas partilhadas). Não lhe parece fundamental a construção de uma rede completa e integral de ciclovias na cidade de Castelo Branco de forma a não permitir deixar cair este projeto?

O Senhor Presidente anda desde fevereiro de 2022, a dizer que está a conversar com a empresa, no sentido, de implementar as ciclovias, parece-nos a nós que é muito tempo, gostaríamos de perguntar se não é tempo suficiente para a sua concretização e implementação.

Em nome da sustentabilidade ambiental da cidade, mas essencialmente também em nome da segurança porque a dos automobilistas, dos peões e também de quem anda de bicicletas e trotinetas, todos já assistimos a acidentes, situações



muito complicadas no trânsito. A bem de tudo isto, achamos essencial essa construção das ciclovias de forma integrada, completa, sendo também um incentivo claro de sustentabilidade ambiental e à consciência ecológica da cidade onde habitamos.

O segundo ponto da nossa intervenção é a questão da ecopista. O Senhor Presidente prometeu uma ecopista, Alcains/Castelo Branco/Cebolais de Cima, gostaríamos de saber como é que está esse projeto?

Não há qualquer tipo de desenvolvimento nem questões, relativamente, a esta questão da ecopista, gostaria que nos dissesse como é que está o projeto, como é que está a questão das obras, até hoje não houve qualquer tipo de desenvolvimento que consideramos ser um projeto positivo para a região. Gostaríamos de saber o que tem a dizer aos albicastrenses quanto a esta questão da ecopista?

José Dias dos Santos Pires (PS)

É muito fácil falar, pior é fazer, diz, sabiamente, o povo. De facto, o mais difícil na vida política é passar das palavras aos atos. E isto é válido tanto para quem governa como para quem é oposição.

Na passada semana quem, na nossa comunidade, esteve atento pôde assistir a dois momentos em que às palavras anteriores correspondeu a coerência da ação subsequente. Ambas, num elogio ao princípio da boa vizinhança.

Em primeiro lugar, o elogio da vizinhança interterritorial e transfronteiriça que, através do denominado I Encontro Ibérico, esteve na origem da Aliança Territorial Europeia, constituída formalmente no passado dia 19 de junho, num ato público celebrado em Moraleja e no qual estiveram presentes mais de 150 pessoas, entre autarcas dos dois países, nomeadamente, os Presidentes das Câmaras Municipais de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, Alcaldes de Moraleja, Cáceres e Badajoz, Presidentes



de diferentes Juntas de Freguesia dos Concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco, Associações, Coletivos Empresariais de ambos os países e grupos ou associações de desenvolvimento de Espanha e Portugal.

Todos se comprometeram no objetivo de dar impulso à construção do troço em falta da autoestrada entre Moraleja e Castelo Branco no enlace internacional Lisboa-Madrid, pelo Norte de Extremadura e Beira Baixa, decidindo estrategicamente vir a incluir nesta estrutura autarcas, empresários e entidades do centro e litoral de Portugal.

Na oportunidade, ficou agendado o II Encontro Ibérico, que terá lugar no Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco no próximo dia 21 de outubro, no qual se aprovarão os estatutos da Aliança Territorial Europeia e se espera ter já desenvolvimentos de compromissos governamentais concretos de Portugal e Espanha.

A constituição da Aliança Territorial Europeia é assim, e ainda bem, um passar das palavras aos atos, enriquecido pela participação comprometida de uma da vizinhança interterritorial e transfronteiriça geradora de esperançosa confiança que justifica a aprovação da moção que a seu respeito apresentamos.

Em segundo lugar, quero falar-vos da vizinhança autárquica, onde ser vizinho, e ter consciência política desse desígnio, corresponde, (a quem governa e a quem é oposição construtiva) à obrigação de promover, ou propor, a promoção de uma gestão do território que garanta um desenvolvimento equilibrado, sustentável e que salvaguarde a defesa do interesse público e coletivo perante a pressão especulativa com base numa estratégia fundamentada em trabalho no terreno.



Esta vizinhança implica o cumprimento dos objetivos essenciais que tenham em vista assegurar as condições para um adequado desenvolvimento local e para garantir às populações uma vida melhor.

Vem esta minha introdução a propósito da facilidade com que, na nossa comunidade se critica o trabalho dos outros, sem se auto criticar a falta de trabalho de alguns críticos do hoje que foram responsáveis pelo evidente vazio do ontem.

Ninguém duvida que a ORU – Operação de Reabilitação Urbana da zona histórica de Castelo Branco se consubstancia como um enorme desafio para toda a comunidade albicastrense que tem como principais objetivos a reabilitação do tecido urbano e dos edifícios situados na zona histórica, promover a valorização do património e fomentar a revitalização urbana, sendo, no seu conjunto indispensável para trabalhar com conhecimento, sustentabilidade e segurança, a ARU – Área de Recuperação Urbana da Zona Histórica de Castelo Branco.

Importa lembrar que é um desafio que devia ter sido começado a responder há mais de quarenta anos e que a todos os que tiveram responsabilidades autárquicas é exigida autocrítica pelo que não se fez para aprofundar o que apenas executivos do PS, de forma reconhecidamente importante, contudo insuficiente, levaram efetivamente a efeito na zona histórica da nossa cidade: infraestruturação significativa, edificação de referência e recuperação ainda exígua.

Há, nesta obrigação de vizinhança atenta, o dever de assumir que somos aquilo que fazemos de palpável, de concreto, e, se assim é, somos e fomos traídos pelas palavras e principalmente por tudo aquilo que não se fez para além delas, especialmente em estudar para, de forma sustentada conhecer, compreender e poder aprofundar o que já se realizou.

Levou tempo de mais a chegar aqui? Ninguém duvida. Devia ter-se iniciado há muito mais tempo? É uma evidência.



A verdade é que hoje temos, finalmente preparada, uma Operação de Reabilitação Urbana da zona histórica de Castelo Branco dividida em cinco áreas de intervenção com identificação clara e objetiva das ações de muito curto prazo (um ano), curto prazo (dois anos) e médio prazo (cinco anos).

Há, agora, um trabalho iniciado com a definição dos programas de intervenção, com o levantamento arquitetónico e cadastral dos quarteirões prioritários, assim como com a recolha e caracterização tipológica dos imóveis, com ênfase nos que são pertença municipal.

Em contraposto ao imobilismo anterior, é apresentado um desafio de grandes obrigações que sabemos será, e assim deve ser, muito escrutinado e que se deve obrigar, resumidamente, no seguinte:

- A reforçar da centralidade e melhoria das funções urbanas.
- A implementar medidas especificamente orientadas para a revitalização do Centro Histórico, capazes de induzir, nomeadamente, um maior equilíbrio funcional (residencial, comercial, serviços, lazer), contribuir para uma maior dinâmica de reabilitação do edificado e estimular a ocupação residencial (atração de população e fixação de jovens).
- A definir estratégias ao nível da mobilidade urbana na sua área de intervenção.
- A implementar mecanismos que estimulem e favoreçam uma maior participação cívica e que consolidem metodologias e suportes de governança urbana.
- A reforçar as dinâmicas culturais e de sociabilidade urbanas a partir dos equipamentos, dos elementos patrimoniais e da qualificação do espaço público.



— A fomentar o lançamento e execução de intervenções exemplares nos domínios da reabilitação e da reutilização dos imóveis com valor patrimonial. — A apostar na imagem / marketing urbano da cidade de Castelo Branco.

Senhor Presidente da Câmara Municipal: no que a este particular respeita, estamos, finalmente, no tempo de passar das palavras aos atos. Sabemos que é essa a expectativa comunitária, a sua vontade e da sua equipa e cá estaremos para, naquilo que nos incumbir fazer, corresponder às expectativas, sujeitando-nos também ao juízo dos que para nós olham se não cumprimos, porque é muito fácil falar, pior é fazer.

Façamos, pois. Faremos, por certo.

Celeste Nunes Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas)

Venho aqui apenas dar conta do extraordinário fim de semana que a Freguesia de Sarzedas viveu. Primeiro, com o Rally de Castelo Branco que durante dois dias atravessou a nossa freguesia com três espetaculares classificativas que trouxeram até nós milhares de espetadores. Depois, e simultaneamente, com a já tradicional Feira Condal que mais uma vez excedeu as nossas expectativas, quer em número de visitantes, quer em volume de vendas, mas, sobretudo, porque constituiu um momento de grande afirmação, de união, de crença e de vitalidade da nossa Freguesia de Sarzedas.

Quero expressar ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Leopoldo Rodrigues o meu mais sincero e profundo reconhecimento pelo seu apoio e seu incentivo que sem os quais, a realização deste evento não seria de todo possível.

Queria também felicitá-lo e felicitarmo-nos por três notícias que este mês saíram na Comunicação Social. A primeira, é de que segundo o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, o Concelho de Castelo Branco é o que no Distrito lidera



um número de empresas PME Líder, lidera em volume de negócios e lidera no valor das exportações.

A segunda, é que uma empresa privada na área da saúde anunciou para Castelo Branco um investimento de 20 milhões de euros e a criação de 200 postos de trabalho, a maioria dos quais altamente qualificados.

A terceira, o investimento privado de doze milhões de euros, em S. Vicente da Beira, vai recuperar as Águas do Alardo com a criação de mais 25 postos trabalho. Estas notícias que percorreu a nossa Freguesia de Sarzedas e também o Concelho de Castelo Branco, consolidaram, em mim, a certeza de que estamos a fazer que é preciso ser feito, atrair inovação, atrair qualificação, atrair empresas, criar postos de trabalho.

É isto o que verdadeiramente interessa e é isto o que fundamentalmente está em jogo para garantirmos uma comunidade com futuro, próspera, moderna e economicamente viável.

Pedro João Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Hoje, venho aqui fazer três questões ao Senhor Presidente da Câmara relacionadas com o desporto na cidade.

Primeiro, há cerca de um ano, foi anunciado neste Salão Nobre, a realização de um protocolo entre a Associação Portuguesa de Futebol, a Associação de Futebol de Castelo Branco e a Câmara Municipal para a concretização na Pista de Atletismo, da Escola de Futebol de Castelo Branco que foi anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara, foi prometido que até dia 31 de outubro que estaria concluído. Pergunto, se essa data se mantém e, se não, qual o motivo desse atraso.

A segunda questão, a Carta Desportiva que foi aqui falada, nesta Assembleia, e na altura o Senhor Presidente pediu o apoio da Deputada Carla Massano, pergunto,



se essa Carta Desportiva, realmente está feita, pronta a apresentar ou se ainda não tem data prevista.

Por último, no apoio ao associativismo, sabemos que tem andado um pouco atrasado, pergunto, se a questão dos desportos individuais, o apoio para 2023/2024, ainda não foi entregue. Qual o motivo a que se deve esse atraso? Como é lógico, essas Associações têm muita dificuldade, quase no final da época, ainda não têm esse valor?

Quero ressaltar a Deputada Christelle Domingos porque nos últimos anos, é a primeira vez que se elogia aqui o Rally de Castelo Branco da forma que o fez, portanto, fico muito satisfeito, são bons tempos, é sempre bom para a cidade e fica essa saudação.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)

Foi aprovada na Assembleia da República no passado dia 21 de junho de 2024, a proposta de abolição das portagens nas ex-SCUT apresentada pelo Partido Socialista. Esta é uma grande conquista para Castelo Branco, para os cidadãos e para as empresas.

A eliminação destas taxas de portagem é uma medida justa e garante uma discriminação positiva justificada para promover equidade e coesão territorial, decisiva para o desenvolvimento do distrito de Castelo Branco.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Castelo Branco que, reunida na sua Sessão Ordinária de 28 de junho de 2024, delibere:

1 – Saudar a abolição das portagens nas ex-SCUT, aprovada na Assembleia da República no passado dia 21 de junho de 2024, na sequência da proposta apresentada pelo Partido Socialista.



2 – Saudar todos os cidadãos e organizações que lutaram sempre para que esta eliminação acontecesse, fazendo desaparecer um custo de contexto que penaliza os distritos do Interior, que não têm alternativas de mobilidade, em segurança.

3 – Enviar este voto à Assembleia da República.

Presidente da Câmara Municipal

A primeira intervenção foi do Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, sobre uma apreciação que fez sobre a Zona Histórica e sobre o seu envolvimento. Saudamos a sua intervenção e pretendemos levar por diante esse mesmo envolvimento da população, nomeadamente, daqueles que vivem na Zona Histórica. Aliás, isso não será novo enquanto, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, no mandato de 2017/2021, realizei nessa condição, várias reuniões com os habitantes da Zona Histórica com forte participação e onde discutimos aquilo que era o presente e o futuro da Zona Histórica.

Depois coloca três questões, a primeira, se já está acionado o Plano Municipal de Proteção Civil. O Plano de Proteção Civil é somente acionado em situação de emergência ou catástrofe, no entanto, existe um grande trabalho por parte da nossa equipa da Proteção Civil, nomeadamente, do Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil, no sentido, de qualificar e ao mesmo tempo instalar os meios necessários para o combate aos incêndios. Tal como fizemos o ano passado, temos duas máquinas de rasto contratadas, são dois elementos importantes no combate aos incêndios como aliás se viu o ano passado durante o incêndio do Carrascal, uma dessas máquinas já está sediada em S. Vicente da Beira e a outra estará brevemente nos Estaleiros da Câmara Municipal, estão as duas em posição de pré-posicionamento e esta situação decorrerá até ao dia 30 de setembro.

Depois, no nosso Aeródromo Municipal estão cinco meios aéreos, o primeiro helicóptero está todo o ano sediado no Aeródromo Municipal, dois aviões Canadair,



mais um avião suplente também deste modelo que estão em condições de operar a partir do dia 1 de julho e já estão a algum tempo, tal como, no ano passado, foi anunciado pelo Ministro da Administração Interna, dois aviões FireBoss. São portanto, meios que estão aliados a esta intervenção nesta época que estamos a viver, sendo que temos também que dar aqui uma palavra, em primeiro lugar, de elogio e depois também de incentivo à Associação Humanitária dos Bombeiros de Castelo Branco e aos Bombeiros da nossa Corporação pela prontidão que sempre manifestam naquilo que diz respeito ao combate aos incêndios, mas não apenas no combate dos incêndios, também na resposta a diferentes situações que se vão colocando todos os dias ao nível da Proteção Civil.

Também queria aqui deixar, neste âmbito, uma palavra à Senhora Dr^a. Eduarda Rodrigues que nos últimos tempos tem tido um papel, infelizmente, muito mais ativo do que aquele que se esperava e que tem feito um trabalho extraordinário no que diz respeito ao acompanhamento das famílias em situação de perda, ou das famílias que vivem situações de catástrofe. Este é um serviço como já aqui foi referido, prestado em colaboração com a APPCDM de Castelo Branco. A Dr^a. Eduarda é técnica superior desta instituição, celebramos um Protocolo de Parceria e, portanto, a Dr^a. Eduarda faz esta intervenção, enquanto funcionária da APPCDM, colaborando de forma graciosa com o Município de Castelo Branco e dando resposta, portanto, como dizia, a estas situações de emergência.

Quero dizer também que é considerado um serviço inovador e diferenciador, tendo tido até agora, diferentes elogios e também referências nesse sentido.

As outras perguntas que colocou, tem a ver com a vespa asiática, com o seu combate. Durante este ano foram destruídos vinte e seis ninhos, fizemos uma forte campanha de sensibilização junto das escolas, nomeadamente, com o apoio da escola a tempo inteiro, fizemo-lo com cerca de duas mil e quinhentas crianças que



construíram e instalaram cerca de duas mil e quinhentas armadilhas. Normalmente, têm vindo a ser desenvolvidas ações junto das populações e também dos apicultores.

A Deputada Maria Manuela, do CHEGA, fala sobre o barulho no recinto desportivo da Carapalha. Nós, efetivamente, recebemos aqui mais do que uma notificação por parte de um morador. Já tivemos outras notificações, relativamente, a um recinto desportivo também existente na Quinta das Violetas e a razão é sempre a mesma, a utilização destes recintos desportivos até horas consideradas mais adiantadas, sendo que nas Violetas a situação até era diferente, o recinto estava vedado por tábuas e cada vez que a bola batia numa das tábuas o barulho ampliava-se. Fizemos uma intervenção nas Violetas, tiramos as tábuas e substituímo-las por uma vedação em acrílico e desde essa altura, deixamos de ter notificações de barulho ou pelo menos terá diminuído, significativamente, não havendo registos relativamente ao mesmo.

Quanto à Carapalha, também foi feita a intervenção, fizemos também a redução da intensidade da iluminação para que houvesse menos condições para a prática desportiva, mas há um morador que continua a reclamar. Já esta semana recebi uma nova notificação e voltei a encaminhar para o Senhor Eng^o. Romeu que é o responsável da Câmara Municipal pela área dos recintos desportivos e da sua manutenção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, trás aqui a Festa de São João Batista, tive o grato prazer de estar presente em dois momentos, durante a tarde, do dia 23 e depois à noite, do mesmo dia, e pude mais uma vez constatar presencialmente a forma singular como os Monforteiros vivem o São João e promovem esta tradição. O facto de tantos meios de comunicação social com a representação nacional, nomeadamente, televisões terem estado presentes e feito diretos, mostra-nos as potencialidades desta tradição, desta celebração e da forma como entendemos que devemos dar continuidade à sua promoção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero dizer também que a Câmara Municipal continua a ser parceira da Junta de Freguesia no que diz respeito a esta iniciativa e também temos a consciência porque constatámos presencialmente que a intervenção da Junta de Freguesia no que diz respeito ao apoio dos festeiros e à criação de condições conjuntamente com a Câmara Municipal, tem vindo a melhorar a participação e a segurança e ao mesmo tempo a valorização desta iniciativa.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, também questiona sobre a estrada de Monforte da Beira, como sabe, já pedimos para fazer o projeto, penso que está concluído, assim que haja condições lançaremos o mesmo para que se possa reparar essa estrada que está, efetivamente, numa situação relativamente complicada.

Senhor Deputado Paulo Almeida, do Sempre-MI, fica-lhe mal querer apoucar o Presidente da Câmara Municipal porque ao querer fazê-lo está a apoucar a cidade, o Concelho de Castelo Branco e está a apoucar-se a si também. O Presidente da Câmara Municipal e não só, muitos intervenientes tiveram um papel ativo e um papel importante no que diz respeito à criação da plataforma. Estivemos presentes desde o primeiro momento, fomos interlocutores desde o primeiro momento e envolvemos para além das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, envolvemos a sociedade civil. Há coisas Senhor Deputado que passam para além da política. Há coisas que estão mais direcionadas para aquilo que é o interesse geral e, no qual, devemos esquecer a política e as guerras políticas, sobretudo, quando coloca as coisas como coloca e quando procura numa intervenção pública da Assembleia Municipal apoucar o trabalho daqueles que todos os dias lutam pelo desenvolvimento da região e pela construção de soluções que sejam válidas, soluções de desenvolvimento e de melhoria daqueles que vivem nestes territórios.

Pergunta-me se tenho confiança no atual Governo, relativamente, ao IC31 e à conclusão dos poucos quilómetros que faltam para ligar Lisboa até Madrid.



Não tenho nenhuma razão para não confiar no Governo que neste momento está em funções. Tivemos um compromisso, por parte do Governo, anterior, e também para responder à sua pergunta, já procurei falar com o Ministro das Infraestruturas, ainda não foi possível, mas acredito que em devido tempo faremos esse contacto e teremos a conversa que importa ter sobre o IC31 e a sua conclusão.

Já agora quero-lhe dizer, Senhor Deputado, que o Presidente da Câmara, seja na condição de Presidente da Câmara, seja na condição de Presidente de Junta de Freguesia, seja na condição de Membro da Assembleia Municipal, ou mesmo como cidadão, sempre manteve a mesma postura e intervenção, relativamente, a este aspeto.

Também refere aquilo que foi a minha intervenção, relativamente, à decisão do anterior. Pode fazê-lo de forma clara e aberta. Tive, modéstia aparte, um papel importante para que o Senhor Primeiro Ministro tivesse tomado a decisão que tomou. Estive em dois momentos, em que conversei com o Senhor Primeiro Ministro acerca deste assunto, o qual resultou da decisão que o Governo tomou e que veio a anunciar.

Repito, não é falsa modéstia, mas também temos que dizer porque o Senhor questionou, o meu papel neste assunto, é preciso dizer aquilo que se passa e a forma como fazemos.

A Deputada Christelle Domingos, fala sobre as várias iniciativas e também sobre o Rally de Castelo Branco. Não é a primeira vez nos últimos tempos que falamos sobre o Rally de Castelo Branco, ou então tive uma falha de memória que me leva a pensar coisas que aconteceram e que supostamente não terão acontecido. Mais uma vez, estamos a trazer a baixa política para o debate municipal e mais uma vez estamos a trazer a baixa política em detrimento daquilo que são os grandes projetos do território e aquilo que é a resposta às necessidades deste mesmo território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Senhora Deputada, Maria da Conceição Martins Pereira, do CHEGA, questiona sobre o pagamento às pessoas envolvidas nas eleições legislativas.

Recordo que é essa a informação que tenho, já assinei a ordem de pagamento, relativamente, a estas eleições e as transferências para as Juntas de Freguesia já foram feitas. Nós recebemos no dia 18 de junho por parte do Estado os valores referentes a estas eleições, portanto, já estarão pagos, demora algum tempo, é verdade, mas faz parte do processo e também do processamento e da transferência dos valores da Administração Central para a Administração Local.

O Senhor Deputado Carlos Antunes, fala-nos sobre algumas questões das escolas e bem porque é importante fazê-lo porque temos intervenções que são importantes, estruturais, como acontece no Agrupamento de Escolas Cidade Castelo Branco, mas como infelizmente acontece num conjunto variado de equipamentos de Educação, precisamos de ter um planeamento de uma intervenção a longo prazo. E, efetivamente, temos situações mais simples de resolver como aquelas que refere aqui do Bloco G, na Escola Cidade Castelo Branco.

Quero dizer-lhe que o meu filho Miguel estudou nessa escola, nesses mesmos edifícios e fez lá do 2.º, 3.º. e 4.º. ano, foi uma escola construída pelo Município de Castelo Branco, tal como, aconteceu depois na Escola Afonso de Paiva e que dá resposta de uma forma integrada ao ensino básico ou do 1.º. Ciclo, dentro do espaço de ensino do 2.º. e 3.º. Ciclo. São questões que já me tinham sido colocadas e ontem estive a conversar com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Nuno Álvares e combinamos receber, penso que na próxima terça-feira, de tarde, pelas 15 horas, um conjunto de representantes de pais e encarregados de educação, de modo, a podermos resolver em conjunto aquilo que são as necessidades e a forma como podemos intervir, relativamente, à supressão dessas necessidades e, portanto, à satisfação e bem-estar para todos os nossos alunos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Falou também sobre os assistentes operacionais, tivemos a decorrer durante muito tempo um concurso para recrutamento de auxiliares, foram colocados os primeiros sete auxiliares que constavam desse concurso, temos uma bolsa de recrutamento e em setembro, vamos articular com as escolas para colmatar as necessidades dos mesmos Agrupamentos.

Senhor Deputado Armando Ramalho, quero-lhe dizer que o Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora estão 100% empenhados em resolver estes problemas da cidade e a resolver os problemas do Concelho. Apresentamos e o Senhor esteve presente na apresentação do projeto de requalificação da Zona Histórica. Como disse, é um projeto longo, difícil e que carece do envolvimento de todos nós.

Mais uma vez, o Senhor Deputado, Armando Ramalho, veio aqui com muita energia e ainda bem e também com muita iniciativa, tentando também diminuir aquilo que é o nosso trabalho, no que diz respeito, à intervenção na Zona Histórica.

Quero-lhe dizer também que começamos a trabalhar há muito tempo, celebramos o contrato com a Arquiteta Queiroz do Vale, no dia 5 de setembro de 2022, desde essa altura que a arquiteta tem estado a trabalhar neste projeto, contratamos um pouco mais tarde o Sérgio Barroso e contratamos mais recentemente os arquitetos que estão na casa amarela no centro histórico da nossa cidade.

O Senhor sabe, como todos sabemos, porque já foi público e já aqui foi discutido que para além deste trabalho estrutural, estamos a desenvolver outras iniciativas e estamos a levar por diante outro tipo de resoluções e vou-lhe dar aqui um exemplo daquilo que tem sido a saga da zona histórica e as suas dificuldades.

No dia 10 de agosto de 2023, recebi uma carta de uma cidadã a dizer o seguinte, e vou pedir a vossa paciência, mas necessito de fazer o enquadramento da forma como se vai desenvolver.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, venho novamente expor a situação a V. Exa., após a reunião do dia 8 de agosto, iniciei diligências quanto a este assunto de 27/06/2011, uma vez que havia um risco eminente para quem passava no local”.

Portanto, estamos a falar de 2011 e, nesta altura, esta Muniçipe dirigiu um email ao Município que diz o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, venho por esta forma expor o assunto a V. Exa, frequentemente passo na Rua do Espírito Santo, onde residem os meus pais, precisamente no Largo do Espírito Santo, existe uma casa um pouco degradada, talvez seja, o nº. 10 que tem a parte lateral da varanda uma persiana que tem caído aos pedaços, ano após ano, uma vez um dos pedaços quase caiu em cima da cabeça do meu filho. Este inverno, nos dias mais chuvosos e mais ventosos, tentei afastar-me local, pois parecia, mais uma vez que um novo pedaço estaria a cair e também tem caído para o telhado do lado”.

Depois terá dito que obteve resposta alguns meses a seguir.

Em 12/05/2012, volta a enviar outro email que dizia o seguinte:

“Exmo. Senhor Presidente, antes de mais, agradeço a resposta ao meu email, mesmo sendo muitos meses depois, ainda não tinha sido possível fotografar o local e respondido a V. Exa.

Meses depois, após este envio, voltei a tentar várias vezes pelo telefone, mas sem sucesso. Passou algum tempo a casa estava cada vez mais degradada, já propriedade da Câmara Municipal também passou a provocar estragos na casa dos meus pais”.

Depois em 19/02/2014, num email refere o seguinte:

“Assim envio um email ao novo Presidente, em 19 fevereiro, dando conta das diligências realizadas, desde então”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, venho expor o seguinte, trata-se de um problema que no início afetava a via pública e agora afeta a habitação dos meus pais.

Junto envio os meus anteriores emails enviados à Câmara Municipal. Não obtive resposta, por isso tentei sempre por telefone a tentar chamar sempre a atenção para esta gravosa situação.

Em 2017, voltei a contactar a Câmara Municipal, pediram-me que enviasse os emails anteriores para os endereços da Câmara e para o qual assim fiz, enviei todos os emails que assinalei a amarelo e aguardei algum contacto.

Envio um novo email dirigido à Câmara Municipal aguardo a marcação de uma reunião para tratar deste assunto. Foram enviados vários emails para conhecimento da situação e posteriormente agendar uma reunião e até à data, não fui contactada para agendar uma reunião com algum responsável. De referir que apesar de ter chovido, apenas duas vezes, hoje, domingo, será a terceira, a água continua a entrar na casa dos meus pais cada vez que chove. Não percebo e aguardo ansiosamente pela resolução deste problema. O meu contacto é ...”

Entretanto, falei com a Senhora que me explicou que o projeto para a casa degrada incluía o logradouro, mas que não tinha sido adquirido e que não poderia avançar.

Senhor Deputado Armando Ramalho, este tem sido o filme que se tem repetido ao longo do tempo, relativamente, à Zona Histórica. Esta casa felizmente está em obras, teve a presença da Senhora Ministra da Habitação, do momento, em que lançamos o projeto, situada no Largo do Espírito Santo e é uma obra que foi iniciada pelo Executivo a que presido e que o senhor diz que não damos importância e que a Zona Histórica não tem tido nenhuma ação. Está aqui um exemplo de uma situação que se arrastou durante anos e que condicionou a vida de particulares e a vida dos



cidadãos, em geral. Como o Senhor sabe, para além desta, temos mais duas casas, assinamos um auto de consignação esta semana para uma quarta e o Senhor também sabe porque é público que temos a decorrer o concurso para a Escola de Chefs, temos a decorrer o projeto para o Tribunal Central Administrativo, estamos a executar os projetos da reabilitação da Igreja de Santa Maria do Castelo e estamos também a fazer o projeto para a reabilitação da Escola Conde Ferreira. Este é de facto um projeto, no qual, nos envolvemos, acreditamos que será um projeto de futuro para Castelo Branco e que terá que contar com os albicastrenses de forma leal, dinâmica e também de forma responsável.

Se quisermos falar de promessas, também teremos muito para falar sobre isso, Senhor Deputado. Acredito plenamente que cada um dos autarcas que passou por esta Câmara Municipal que me antecederam no cargo que hoje exerço, perante aquilo que são as dinâmicas do dia a dia, as novas necessidades e também aquilo que são às vezes as reorientações do percurso e do caminho que vão ao encontro sempre das melhores respostas para aquilo que foram eleitos que é o bem-estar da população.

Relativamente, à Zona Histórica pode estar sossegado porque estaremos empenhados em levar por diante este projeto com os albicastrenses que em nós confiaram e acredito que estão envolvidos também nesta dinamização e neste trabalho.

A Senhora Deputada Cristina Granada falou sobre as ações de intervenção ambiental que estamos a fazer na cidade e já agora também queria fazer aqui um comentário, relativamente, a isso. As intervenções têm um tempo e têm um modo. A intervenção do Programa Polis foi uma intervenção importantíssima para a cidade de Castelo Branco que teve uma dinâmica extraordinária, mobilizou Castelo Branco, recursos e autarcas e concretizou um trabalho de requalificação, não apenas no centro cívico, mas também na Zona Histórica que também é centro cívico e, obviamente, nomeadamente, naquilo que diz respeito à infraestruturização da zona histórica, na



altura, com a liderança do Senhor Comendador Joaquim Morão. Nem tudo o que fazemos fica bem feito e também temos que ter a humildade para o reconhecer e se havia um ponto que recolhia quase a unanimidade dos cidadãos albicastrenses, prende-se precisamente com aquele espaço por cima dos bares da devesa. Quantos comentários, inclusivamente, em sessões públicas sobre aquele espaço, sobre o mobiliário urbano que lá existia e sobre a incomodidade, também do calor extremo que por vezes vivemos, causava àqueles que não podiam utilizar aquele espaço. Fizemos uma intervenção, se calhar, poderia ser uma intervenção mais feliz, mas é uma intervenção para melhorar o espaço que veio criar a possibilidade de termos sombras, veio criar espaços de convívio, mas que não se limitou a isto, que se alargou pela Avenida General Humberto Delgado, na rotunda da Europa e mesmo em outras zonas do centro cívico. Acredito que é uma boa intervenção, que valoriza este espaço e como disse e bem, foi desenvolvida por uma arquiteta paisagística já reconhecida e premiada.

A Senhora Deputada, Ana Lourenço, falou sobre a ecopista que propusemos aos cidadãos levar por diante. Não temos projetos? Temos tantos projetos em desenvolvimento e a Senhora de certeza absoluta que ficará surpreendida quando estiverem todos concretizados.

Depois, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José Pires, fala sobre a aliança territorial europeia, sobre a ORU que já aqui foi comentada por mim e fala também sobre a forma como se faz a cidade e fazemos vizinhança através destes projetos. De facto, como já disse, o projeto de reabilitação da Zona Histórica, será um projeto que nos terá de envolver a todos e será um projeto que valerá a pena.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Sarzedas, Celeste Rodrigues, foi também com muito agrado que tivemos mais uma vez, na sua Freguesia e na Vila de Sarzedas, os Sabores da Vila Condal, mais uma vez voltou a correr bem e felicitamo-la por este aspeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo, fez três questões, Escola de Futebol da Associação de Futebol de Castelo Branco, validei ontem a contratação, a abertura do projeto para o arrelvamento do recinto interior da pista de atletismo. A carta desportiva ainda não a fizemos e o apoio ao associativismo, relativamente, aos desportos individuais estamos à espera, penso que este trabalho estará feito, estamos à espera de dados por parte de algumas entidades para que possamos levar a deliberação, o apoio a cada uma das mesmas entidades.

Penso que respondi a todas as questões.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal

Comunico à Assembleia Municipal como aconteceu mais uma vez, o Senhor Presidente da Câmara de uma forma pertinente, esteve aqui a responder a todas as questões que foram colocadas pelos Senhores Deputados. É aqui na Assembleia Municipal que estes esclarecimentos devem ser feitos e dando resposta a todas as questões que são aqui observadas.

De acordo com o nº7 do art.º 41 do Regimento em vigor, a Câmara Municipal pode intervir, para efeitos de resposta, em relação a matérias em que tenha sido visada, não devendo as suas intervenções exceder, globalmente, quinze minutos, salvo quando o Presidente da Assembleia Municipal considerar que o número das intervenções ou a complexidade do assunto justifica o alargamento do período de intervenção.

Outra questão que gostaria de me redimir publicamente perante a Assembleia, os Municípes e, portanto, perante toda a gente que nos está a ver, é que a ordem de trabalhos tem um lapso, não consta o terceiro ponto que é a Intervenção do Público



e, portanto, assumo essa questão e vamos procurar que, no futuro, estes lapsos não aconteçam.

Para encerrarmos o Período de Antes da Ordem do Dia, vamos para a votação dos votos e da moção. Senhor Deputado José Alberto as moções já foram apresentadas, se eventualmente achar pertinente pode se referir às mesmas.

José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM)

Sobre a proposta de voto saudação da abolição das portagens nas ex-SCUT, gostaria de dizer o seguinte, quem me conhece sabe que tive uma posição muito clara sobre isto e desde há muitos anos, ou seja, sempre entendi que não devíamos pagar. Foi com alguma perplexidade que aqui há alguns anos atrás foram colocados na mesma autoestrada, pórticos para pagarmos. E quero lembrar que o PS colocou esses pórticos, quem não soube ou não reparou não tinha essa ideia.

O Orçamento de 2024 foi feito pelo PS e ainda está em vigor neste momento. Será que contempla lá estes valores que vigoram que agora o PS se vem a vangloriar? Se não contempla como é que estão à espera que se possa pagar exatamente a despesa decorrente daí? E por isso, muito sinceramente, penso que e o nosso Partido já foi muito claro, apostamos na redução das portagens, não na abolição total, foi essa a nossa votação. Quero relembrar que a nossa Deputada eleita pelo PSD, na Assembleia da República, foi muito clara na sua intervenção, inclusive, teve tempo de antena nas televisões nacionais, com a qual, subscrevo as atitudes que tomou e o Senhor Presidente, ou líder, disse-lhe antes que “não se revia nessas atitudes e por isso mesmo não concordamos”.

Votação

Voto de Pesar – Homenagem a João Dionísio

Aprovado, por unanimidade.



Voto de Saudação - Saudação das Portagens nas Ex-SCUT.

Aprovado, por maioria, 4 votos contra do GM PSD/CDS/PPM e restantes votos a favor.

Moção - Apoio aos Objetivos Prioritários da ATE – Aliança Territorial Europeia para a conclusão do Troço que falta na ligação Internacional Madrid/Lisboa através do Norte da Extremadura e da Beira Baixa.

Aprovada, por unanimidade.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28/06/2024

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 18/06/2024:



- i) Saldo de Operações Orçamentais – 39.935.211,08€

- ii) Saldo de Operações Não Orçamentais – 93.766,09€

- iii) Valor em dívida em 18/06/2024 – 728.175,15€

- iv) Outros:
 - CMCB – Ver anexo I.

 - SMCB – Ver anexo II.

- d) Reclamações: Nada a assinalar.

- e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.

- f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.

Presidente da Câmara

Relativamente, à informação, quero deixar uma nota que tem a ver com o facto de termos entregado, ontem, o documento que suporta esta informação, aliás que plasma aquilo que foi a ação municipal durante este período de tempo, deu-se ao facto de termos tido um problema técnico informático que respeita ao reporte dos dados da contratação. Não vou fazer nenhum comentário acerca do documento, se pretenderem colocar alguma questão, podem fazê-lo.

Queria aqui deixar algumas notas, relativamente, à informação do Presidente, como sabem deliberamos há algum tempo a compra da Pensão Arraiana, na Avenida 1º. de Maio. Questionar-se-ão por que razão ainda não fizemos a escritura desse espaço, gostaria de explicar para que não haja inequívocos, relativamente, a esse assunto. A Pensão Arraiana é propriedade de três pessoas, uma dessas pessoas tem



uma situação legal que precisa de acompanhamento e de autorização por parte do juiz por causa de uma doença que não lhe permite estar presente no ato da escritura, precisa de uma autorização judicial. Portanto, aquilo que impossibilita a realização da escritura, é precisamente a tramitação desses processos que são longos e que envolvem ouvir muita gente e depois da decisão por parte do juiz. É por esta razão que ainda não concluímos esta decisão da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Há pouco a Senhora Deputada, Ana Lourenço, falava de obras, basta passar um pouco pela cidade e ver o volume de obras que estamos a desenvolver e se prestar um pouco de atenção àquilo que são as ações da contratação, saberá quantos investimentos é que estão, neste momento, a ser lançados ou que estão neste momento para entrarem em obra.

Chegou esta semana finalmente o visto do Tribunal de Contas, relativamente, à intervenção na estrada da Lisga.

Temos obras em desenvolvimento no Bairro da Carapalha, uma intervenção grande que se aguardava para criar as condições aos investidores que estão a trabalhar no local para depois venderem os prédios e para também dar as condições às pessoas que já lá habitam. Penso que já o referi, hoje, duas questões que há muito tempo se aguardavam, neste caso, com a iniciativa dos Serviços Municipalizados, refiro-me a uma intervenção na rua de S. Tiago que começamos a partir da Praça Rainha D. Leonor até Largo do Espírito Santo, como disse, quando reuni com os moradores e com empresários, é uma intervenção longa e difícil que exige sacrifícios, como exigem todos os sacrifícios e as ações de reabilitação do espaço urbano. Aqui mesmo atrás da Câmara Municipal está em desenvolvimento a intervenção da Rua Dadrá, era uma intervenção que se afigurava relativamente difícil e preocupante pela forma como envolve o espaço público. Está neste momento em desenvolvimento, felizmente não está a correr com as dificuldades que inicialmente antecipamos ou tínhamos algum receio. É uma intervenção que tem condicionado de alguma forma a



atividade dos comerciantes daquela zona, mas tivemos o cuidado de reunir novamente com o empreiteiro de modo a organizar em duas áreas, de modo a que o acesso à praça se possa fazer por todos aqueles que a usam, nomeadamente, pelos comerciantes.

Há um conjunto muito grande de intervenções, mas depois em devido tempo, falarei.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras) –

O tema que me traz hoje aqui, tem a ver com a atividade da Câmara Municipal no que diz respeito à atividade económica e à coesão territorial em projetos integrados de base territorial, nomeadamente, a destilaria de Sto. André das Tojeiras.

Este projeto tem como objetivo principal a fabricação de aguardentes de qualidade, não só a aguardente de medronho, mas, sim, o aproveitamento de vários frutos para transformar em aguardente. Apresenta ainda uns objetivos secundários, criar uma estrutura de proximidade que satisfaça as necessidades de pequenas explorações de atividades agrícolas familiares e que promova as dinâmicas locais e regionais relacionadas com a agricultura e com as atividades do mundo rural criando potencial para a fixação de pessoas em território de baixa densidade, valorizando recursos endógenos e permitindo o desenvolvimento integrado.

Contribuir para minimizar os problemas ambientais, nomeadamente, os associados ao flagelo dos incêndios rurais, representando atualmente a preocupação para humanidade, para o Estado e principalmente para os proprietários de terrenos.

Contribuir para reforçar o ecossistema de inovação agrícola, agroalimentar, promovendo a modernização, a competitividade e a sustentabilidade do setor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Contribuir para sensibilizar os proprietários de terrenos florestais da necessidade de cultivarem espécies autóctones sustentáveis e geradores de riqueza.

No dia 6 de dezembro de 2023, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal nas instalações da destilaria de Sto. André das Tojeiras que não conhecia o equipamento, “que estamos perante um bom investimento”, “que já se tinha informado e que o processo de licenciamento é simples e que já tinha dado indicação aos colaboradores para no dia seguinte irem visitar uma destilaria gerida pelo Município de Vila de Rei”.

No dia 4 de novembro de 2023, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no almoço convívio na Associação Casa da Escola do Vale da Pereira que a abertura da destilaria que a população tanto ambiciona estaria para breve.

Este projeto deveria ser uma alavanca para a economia local e regional, encontra-se no estado de estagnação. É lamentável que o projeto da destilaria de Sto. André das Tojeiras que tem o potencial de resolver o problema às pessoas que habitualmente produzem aguardente, de contribuir para a fixação da população, de se criarem empregos e de fomentar crescimento económico, esteja completamente parado. Não podemos permitir que o nosso Concelho fique para trás, não podemos permitir que investimentos considerados importantes por nós e também pelo Senhor Presidente da Câmara fiquem parados.

Senhor Presidente, uma vez que o projeto já perdeu três campanhas e se avizinha uma nova época, diga o que pretende fazer do investimento, ou melhor, para quando a abertura da destilaria de Sto. André das Tojeiras?

Presidente da Câmara

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras, também lhe gostaria de fazer uma pergunta. Não é habitual o Senhor Presidente da Câmara



fazer perguntas, mas suscitou-me porque foi uma coisa que me escapou, suscitou-me alguma curiosidade a sua intervenção, nomeadamente, no que diz respeito à criação de postos de trabalho.

Consegue-me dizer quantos postos de trabalho estão previstos com a criação desta destilaria?

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras) –

A questão dos postos trabalhos, não são postos de trabalho diretos. Este projeto acima de tudo, está em linha de conta com aquilo que são as estratégias do Governo para o Pacote Verde, tudo aquilo que tem a ver com as pequenas produções, com a fixação de pessoas em meios rurais e tudo o que tem a ver com as novas atividades. Aquele investimento que está ali instalado, além de se destinar essencialmente à produção de aguardente, destina-se a ser uma grande alavanca na produção agrícola, não só na produção de aguardente, mas sim na utilização do medronho para outros fins, nomeadamente, na questão de farinha, na questão da desidratação que está muito associada também à criação dos snacks que os atletas consomem e por aí fora. Há um conjunto de pessoas interessadas na cultura do medronho, há um conjunto de proprietários de terrenos agrícolas que têm os terrenos à volta das localidades e que são obrigados e bem, anualmente, a efetuarem as respetivas limpezas sem nenhum retorno financeiro, há muita gente com vontade de investir, com muita vontade de trabalhar no medronho, a título de exemplo, há um conjunto de pessoas que têm medronheiros, contratam mão de obra para efetuar manutenções e para efetuar a questão da apanha, efetivamente, se lhe disser que é possível criar cinquenta postos de trabalho, posso estar a falar por excesso ou por defeito.

Agora a questão, é que em termos regionais há muita gente a apostar na fileira do medronho e de virem a dedicar-se aquela componente da agricultura.



Presidente da Câmara Municipal –

Quero agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia por nos ter tentado esclarecer, relativamente, ao número de postos de trabalho. Continuei sem perceber quantos números de postos de trabalho são, mas, de qualquer modo, o Senhor esforçou-se para aqui explicar aquilo que é a sua ideia.

Quero dizer-lhe Senhor Presidente, que a Câmara Municipal, ela própria, tomou a iniciativa de potenciar aquilo que é a sua utilização e exploração do medronheiro.

O Senhor sabe porque esteve presente numa reunião que efetuamos com a população em que apresentamos um condomínio de aldeia, em que uma das propostas desta intervenção a nível do condomínio da aldeia que tem financiamento, é precisamente aumentar o número de espécies autóctones, nomeadamente, também aumentar o número de medronheiros para a sua exploração.

No que diz respeito ao início da atividade da destilaria, remetia para uma questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia abordou durante a sua intervenção, não especificando as questões ambientais. As questões ambientais foram precisamente uma das maiores dificuldades que se colocaram no que diz respeito ao funcionamento da destilaria porque não está resolvida a questão dos resíduos que resulta da produção de aguardente, seja de medronheiro, ou seja ela vinifica e esta é uma questão que importa resolver e ter também presente, quanto custará cada litro de aguardente produzida na destilaria também por esta via.

Nós conseguimos encontrar um operador que está disponível para ir recolher os resíduos e depois levá-los para o aterro de acordo com aquilo que são as regras de tratamento, mas devo dizer se a memória não me falha que cada tonelada custa cerca de setenta e dois euros, mais iva, e neste momento, estamos a pagar pelos resíduos urbanos cinquenta e dois ou cinquenta e três euros e para além destes, temos que pagar um valor efetuado por cada ida e volta da recolha desses resíduos, mas também



não será por aí que não colocaremos a infraestrutura a trabalhar, como disse, e muito bem, dei indicações, no sentido, de criar os mecanismos para a abertura da destalaria. Quando estiverem concluídos faremos consigo a abertura da destilaria de Santo André das Tojeiras.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta nº. 16/2024)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Às vezes parece estranho e aqui, neste espaço, nesta Assembleia, as alterações ao Orçamento, revelam que o planeamento inicial e as convicções das medidas tomadas são projetadas, como é óbvio, vejo os modelos delineados, já lhe disse têm uma probabilidade de não execução, mas é verdade que sendo corrente a implementação de tarefas provenientes das atividades com algumas prioridades que o Município, assim decide, ficam as propostas iniciais muito devido a vários fatores, muito deles provenientes de orientações políticas nacionais e também locais em termos de implementação.

Lembramos que o sistema de normalização contabilística SNC-AP indica o controlo interno das regras previsionais e as modificações do orçamento que induziu a um novo conceito que é o conceito de alteração orçamental que permite a adequação ao orçamento, à adequação orçamental, ocorrendo despesas inadiáveis, não previsíveis, ou insuficiente dotadas no GOP.

Consideramos ainda, nos termos, da norma de contabilidade pública prevista no SNC-AP conjugada com o ponto 8 do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, o POCAL, em que os Municípios podem fazer alterações orçamentais premeditadas com reforços de dotações, receitas e despesas resultantes da diminuição de outras dotações que são, neste caso, aquilo que nos apresenta a Câmara e que sendo



aceitável, desde que se mantenha o equilíbrio orçamental, tal como indica o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Ora, este procedimento de reforço de dotações orçamentais que compõe as classificações económicas, algumas rubricas como o Plano de Atividades Municipais, projetos, aquisições, parece-nos aceitável.

Assim, o Grupo Municipal do MPT, Castelo Branco Merece Mais, reconhece que esta proposta Orçamental e Revisão é sem dúvida aceitável.

Iremos votar favoravelmente.

Contudo, Senhor Presidente da Câmara Municipal as contas devem estar consolidadas nesse equilíbrio que referimos e por isso mesmo, é verdade que tivemos uma inclinação quando foi na aprovação em Dezembro de 2003, mas somos coerentes e compreensíveis, coisa que alguns pensam que não deve ser assim porque queremos mais atividade, mais prioridade, mais desenvolvimento e mais execução, se assim for, conte connosco e aprovaremos esta alteração.

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 37 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM SEMPRE-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM, 1 do GM MPT e 2 votos contra do GM CHEGA, aprovar a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 17/2024)



Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)

Aquando da aprovação por esta Assembleia dos documentos previsionais relativos ao ano em curso referimos que a diminuição preconizada para a despesa corrente não nos parecia credível. O Executivo não deu qualquer explicação de como poderia promover a referida diminuição. Decorridos cerca metade do exercício de 2024 (a 20 de junho de 2024) constatamos que a execução da referida despesa se encontra em fase avançada de execução e o executivo confirma, com esta segunda alteração orçamental, a necessidade de efetuar um reforço das dotações orçamentais para fazer face às despesas correntes.

Também questionámos a diminuição orçamental significativa do investimento que consideramos ser essencial para o desenvolvimento económico e social sustentável do nosso Concelho. Vem agora o executivo considerar a sua necessidade de reforço para fazer face ao importante desígnio nacional e municipal de promover medidas de prevenção dos fogos florestais. Consideramos importante este investimento. No entanto, constatamos que o reduzido orçamento para investimentos aprovado em dezembro de 2023, entretanto reforçado na primeira Alteração Orçamental Modificativa para fazer face aos compromissos no âmbito da Estratégia Local de Habitação, à data de 20 de junho de 2024 ainda só tem executado 15% do valor orçamentado.

Resumindo: as despesas correntes de facto estavam sub-orçamentadas e o fraco orçamento de investimento teima em não passar do papel, não se concretizando nas obras previstas!

Esta Alteração Orçamental vem corroborar a posição assumida pelo Sempre-Movimento Independente aquando da votação do orçamento da Câmara Municipal de Castelo Branco para o ano de 2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não nos parece que esta falta de planeamento orçamental seja salutar para gerar confiança nos agentes económicos tão necessários para o desenvolvimento do nosso concelho.

Pelos motivos referidos, os membros do grupo municipal do SEMPRE – Movimento Independente não votarão favoravelmente a presente proposta.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 16 votos contra (14 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA); 5 abstenções (4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT), aprovar a 2ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta “Contas Consolidadas do Grupo Municipal do Ano de 2023”. (Proposta n.º. 18/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 2 votos contra do GM CHEGA e 19 abstenções (4 do GM PSD/CDS/PPM, 1 do GM MPT e 14 do SEMPRE-MI), aprovar as Contas Consolidadas do Grupo Municipal do Ano de 2023.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de alteração do “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança”. (Proposta n.º. 19/2024)



Ernesto Candeias Martins (MPT)

Atualizamos este Regulamento, é um Regulamento que teve a sua consulta pública, parece-me que houve poucas sugestões, também esta Assembleia teve conhecimento e enquadra-se na legislação, se bem que na análise que fiz, parece-me que há aqui normativos jurídicos que não foram referenciados, desde a Lei nº. 65/2007, de 12 de novembro, sobre enquadramento institucional da Proteção Civil, assim como, da Lei de Bases da Proteção Civil que é a Lei nº. 27/2006, de 3 de julho, e sabendo que tudo isto se enquadra dentro do Regime Jurídico da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Penso e não entrando em pormenores, analisar comparativamente com outros regulamentos, alguns deles, citando particularmente princípios reguladores de filosofia de ação, penso que é um regulamento que peca por só agora, segundo a ata que nos apresentaram, a reunião foi em 16/02/2024 e estarei muito atento, sobretudo, na estrutura do Regulamento naquilo que é o seu artigo 18º e 19º que são a aprovação dos pareceres que devem ser apreciados na Assembleia Municipal sobre a proposta da Câmara Municipal, como é óbvio, e que deve ser dado conhecimento a todas as forças de segurança e aos cidadãos em geral. Espero que venha essa periodicidade, não temos antecedentes que isso tenha sido feito e por isso também tenho que reconhecer o mérito de que apareça este Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e da nossa parte terá a colaboração, no sentido, que se possa atuar naquilo que são as grandes competências deste Concelho, seja em termos mais amplo, mais restrito. E fico preocupado porque no futuro, os pareceres nos indicarão alguns indicadores, como seja, os índices de Segurança do Município, perante os dados que anualmente vão surgindo e as medidas que o Município irá ter que fazer naquilo que são, volto a dizer, os objetivos deste Regulamento, mas, também, sobretudo, a questão da sinistralidade rodoviária e já aqui aponte e tenho vindo a insistir para que realmente numa estratégia local se enquadre numa estratégia nacional de segurança



rodoviária. O Estado é lamentável como já aqui foi indicado em algumas vias do nosso território devem ser efetivamente arrançadas e mantidas.

Fica aqui um dado e é verdade que este Município tem privilegiado, tem presado o policiamento de proximidade desse Concelho. Penso que é uma boa medida de forma estratégica a presença do policiamento em zonas da cidade, em determinadas horas, ou seja, reforçar algo que já o disse, temos que melhorar a questão das câmaras de vigilância porque penso que a nossa cidade merece em alguns espaços, como na Cruz de Montalvão e outros que são determinantes.

Senhor Presidente da Câmara, penso que é um Regulamento com capacidade operacional para que as Forças de Segurança possam realizar todo o seu trabalho.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (18 votos do GM PS, 14 do GM SEMPRE-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT); 2 abstenções do GM CHEGA, aprovar a alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal de atribuição de 1000 compostores domésticos, no âmbito do Projeto FUSILLI”. (Proposta n.º. 20/2024)

Christelle Varanda Domingos (PS)

Apenas prestar algumas palavras de congratulação e destacar um marco significativo para o nosso município: a implementação do regulamento municipal de atribuição de 1000 compostores domésticos e a assinatura do Pacto de Milão no



passado dia 5 de junho, ambas iniciativas do projeto Fusilli, uma iniciativa europeia que visa transformar os sistemas alimentares urbanos. Destaco que Castelo Branco, através da CIM Beira Baixa, foi a 4ª cidade portuguesa a comprometer-se com os princípios deste Pacto.

A assinatura do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana representa um compromisso crucial para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes. Este pacto, adotado por várias cidades por todo o mundo, destaca a nossa responsabilidade coletiva em enfrentar desafios globais, como a segurança alimentar, a nutrição e as mudanças climáticas.

Ao aderirmos ao Pacto de Milão, o nosso município comprometeu-se a implementar políticas alimentares que promovam a agricultura urbana, reduzam o desperdício alimentar e garantam o acesso a alimentos saudáveis para todos os cidadãos. Esta decisão reflete a nossa visão de futuro, onde a sustentabilidade e a qualidade de vida são prioridades incontestáveis.

Ainda neste foco da sustentabilidade, a par de outras iniciativas já lideradas pela autarquia através dos Serviços Municipalizados, temos hoje aqui para aprovação, o Regulamento Municipal de Atribuição de 1000 Compostores Domésticos, uma medida que merece ser enaltecida pela sua importância e impacto ambiental. Este regulamento visa incentivar a compostagem doméstica, uma prática essencial para a gestão sustentável dos resíduos orgânicos, assim como para a construção de comunidades mais verdes, resilientes e ambientalmente mais conscientes. Ao transformar resíduos orgânicos em composto, diminuámos significativamente a quantidade de lixo enviado para aterros sanitários, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Senhoras e Senhores, a assinatura do Pacto de Milão e a implementação do regulamento municipal de atribuição de 1000 compostores domésticos são



testemunhos do compromisso deste Executivo com um futuro mais sustentável. Estas ações colocam o nosso município na vanguarda das políticas alimentares e de gestão de resíduos, inspirando outros municípios a seguir o mesmo caminho.

Agradeço a todos os envolvidos neste processo e incentivo os nossos cidadãos a participarem ativamente nestas iniciativas. Juntos, podemos construir uma cidade mais verde, mais saudável e mais resiliente.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

É sem dúvida um projeto que já veio a esta Assembleia, é um projeto que já decorre a alguns anos e a minha primeira pergunta, é se durante todos esses anos não houve evidências que iria ser demonstradas e analisadas para saber a sua implementação.

Quero saudar esta proposta de Regulamento de atribuição de 1000 compostores domésticos que são essenciais. Mas, a minha pergunta, é se não havia de haver critérios de seleção e entrega e se isso não devia de ficar aqui plasmado ou pelo menos referido. Isto é, só durante um ano, segundo está regulamentado nas obrigações do Município. Pergunto, se isto também não implica que venha um relatório que possamos nesta Assembleia apreciar toda esta dinâmica.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor, (18 votos do GM PS, 14 do GM SEMPRE-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT), 2 abstenções do GM CHEGA, aprovar o Regulamento Municipal de atribuição de 1000 compostores domésticos, no âmbito do Projeto FUSILLI.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.



Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Declaração de Interesse Público. Lardosagro, Lda. Tapada da Mouca, Lardosa”. (Proposta nº. 21/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer de interesse público, a legalização de edifícios de apoio agrícola na Tapada da Mouca, Freguesia de Lardosa, requerido pela firma “Lardosagro, Lda.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Centauro Internacional - Trocadores de Calor, Lda. Pedido de Isenção de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)”. (Proposta nº. 22/2024)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Não quis intervir na proposta anterior, veem aqui pedidos de interesse público, neste momento, temos aqui três propostas. Terei ocasião de fazer uma intervenção, porque essa tem que ter uma análise muito mais aprofundada e mais enquadrada naquilo que é a regulamentação jurídica, mas, estou a referir-me agora a esta da Centauro. Iremos votar favoravelmente, mas há aqui uma questão. A questão foi aquela que sempre levantei. O que é o interesse público? É um conceito muito complexo e depois, não é só isso, é que o PDM há 40 anos que está desatualizado. Quer dizer, estamos aqui a arrastar e é lamentável que se redija estes pedidos com decisões documentais da parte de executivos anteriores, quando ainda nos falta uma atualização do PDM que poderia regular esta situação. Portanto, no atual contexto que temos, é bom termos uma atualização desse regulamento de interesse público.



Não vejo qualquer impedimento da nossa parte, está bem apresentado, a documentação da Centauro é muito exaustiva, fica-me a dúvida de quantos empregos é que vão criar, mas esta questão é muito oscilante, muito volátil ao longo destes anos.

Fica aqui esta questão do interesse público e a atualização do PDM que regulariza muitos destes pedidos.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos do nº. 4 do artigo 23º. do RFAI, aprovado como anexo ao Decreto-Lei nº. 162/2014, de 31 de outubro, na sua atual redação, reconhecer o investimento de interesse para a região, ou seja, o Interesse Municipal, no âmbito da concessão de isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) do Prédio urbano, sito na Rua A, lote Q-83, na Zona Industrial, Castelo Branco, requerido pela empresa Centauro Internacional -Trocadores de Calor, Lda., com o artigo matricial nº. 14619, propriedade de Toque Têxtil Lda., cujo valor da transmissão se cifra em €750.000,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 – Discussão e votação da proposta de “Abertura de Procedimento Concursal para o Cargo Dirigente Intermédio de 1.º Grau de Diretor do Departamento de Administração Geral”. (Proposta nº. 23/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, (18 do GM PS, 14 do GM SEMPRE-MI e 1 do GM MPT); 6 abstenções, (4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA), aprovar a abertura de procedimento concursal



para o Cargo Dirigente Intermédio de 1.º Grau de Diretor do Departamento de Administração Geral.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata e identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 10 – Discussão e votação das propostas de “Acordos de Colaboração a Celebrar com Juntas e Uniões de Freguesias”:

10.1. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Festival José Afonso – Malpica do Tejo – Edição 2024. (Proposta n.º. 24/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de 17.000,00€, à Junta de Freguesia de Malpica do Tejo, para participação do evento “10.º Festival José Afonso - Edição de 2024”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10.2. União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede. Mercadinho da Criadilha e Festival dos Moinhos. (Proposta n.º. 25/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de 20.00,00€ à União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde para participação dos eventos “Mercadinho da Criadilha” e o “Festival dos Moinhos”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º10.



Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA

Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Beiravicente, S.A. Ampliação de Unidade Industrial. Declaração de Interesse Público”. (Proposta nº. 26/2024)

Presidente da Câmara Municipal

Quero fazer um breve enquadramento, relativamente, a esta situação e explicar à Assembleia Municipal do que se trata e que implicações é que tem este pedido de Interesse Público que hoje estamos a aprovar.

Como sabemos a Beiravicente e as Águas da Fonte da Fraga já tiveram períodos difíceis que punham em risco a viabilidade da empresa e a continuidade da exploração em S. Vicente da Beira. Foram vendidas a um grupo chinês que não deu os resultados que se esperava e muito recentemente foi adquirida por um novo grupo liderado pelo Dr. Francisco Ferreira que é o Empresário de Vizela e que tem várias explorações de águas em Portugal e uma cota de mercado bastante razoável. Tivemos uma primeira reunião com este empresário há bastante tempo, apresentou-se aqui na Câmara Municipal e apresentou-nos o seu plano de desenvolvimento.

Nessa altura, o Empresário propunha ampliar a fábrica, considerava-a fundamental para a consistência e a viabilidade do empreendimento e propunha ampliá-la. Se estivessemos de frente para a fábrica, ampliá-la lado direito. Dado que tinha recentemente comprado a fábrica e para além disso um conjunto de terrenos, tinham como objetivo, ampliar a fábrica para o lado direito.

Fiz essa reunião acompanhado pelo Senhor Diretor do Departamento, Eng. Luís Resende e pelo Chefe de Divisão, Eng. Pedro Dias, de modo, a fazer uma avaliação dessa possibilidade e das implicações que a mesma teria e, facilmente, se constatou que essa possibilidade tinha implicações, nomeadamente, ao nível da sua



inviabilidade económica, mas isso obviamente a Câmara Municipal não tinha que se pronunciar, mas também sobre o impacto ambiental que daí iria recorrer porque isto implicava a construção de um aterro de cerca de 20 metros. Estivemos a ver que implicações é que isto teria na paisagem e que intervenção é que isto carecia. E foi dessa mesma reunião, até por sugestão minha, que foi colocado ao Dr. Francisco Ferreira a hipótese, de adquirir os terrenos, em vez do lado direito, adquirir no lado esquerdo para que pudesse ampliar a fábrica para esse lado. Obviamente, que isto tinha outras implicações, a estrada que faz a ligação entre o Casal da Fraga e depois a Senhora da Orada, passa precisamente ao lado da fábrica. Na altura o Dr. Francisco Ferreira viu com interesse essa possibilidade e passado algum tempo, disse-nos que já tinha comprado o terreno e, portanto, queria equacionar de que forma se podia fazer aquela intervenção.

Foram realizadas várias reuniões com o Senhor Diretor de Departamento e com o Chefe de Divisão, no sentido, de perceber que implicações é que teria esta ampliação da fábrica e também qual o traçado para levar por diante aquela ligação que é uma ligação com uma carga sentimental muito grande por parte dos vicentinos se concretizasse.

Tive, depois algumas conversas com moradores de S. Vicente da Beira, alguns imediatamente favoráveis à intervenção e outros um pouco mais renitentes pelo facto de não perceberem o projeto e não perceberem que tipo de intervenção é que iria ser feita nesse espaço contíguo à atual fábrica de S. Vicente da Beira e à necessidade de alterar o traçado da estrada.

Foi consensualizado entre o Empresário e os Serviços da Câmara Municipal, aquele que é o novo traçado da estrada, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia o pedido de Declaração de Interesse Público e na semana passada foi aprovado aqui por parte do Executivo Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Porquê propormos aqui a aprovação de uma Declaração de Interesse Público? Em primeiro lugar, porque se trata de um investimento grande numa freguesia de nosso Concelho, é com este investimento que se viabiliza a existência daquela empresa e da sua atividade, e pelo investimento que ronda, segundo palavras do Empresário, doze milhões de euros e pelo aumento de postos de trabalho.

Sabemos que tem ali algumas questões que podem ser sensíveis e por isso mesmo, propus ao Empresário ainda no decorrer desta semana que se pudesse fazer a apresentação à população desta intervenção. Na altura ele disse-me que não podia estar presente porque tinha compromissos em Lisboa e não podia adiar, levantando-se a possibilidade de um filho vir, mas o filho também estava numa feira internacional e também não foi possível estar aqui presente por essa mesma razão. Não conversei com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca deste assunto porque entendi que sem a presença do Empresário não teria muito sentido estarmos a fazer esta apresentação.

Porquê fazer esta apresentação? Eu acho que a população deve ter conhecimento das implicações dos investimentos e deve ter conhecimento de que forma é que isso também valoriza as populações e valoriza o território e, sem dúvida, cria postos de trabalho e valoriza S. Vicente da Beira e, portanto, promove o nosso território no seu conjunto.

Quero dizer aqui que desde a primeira reunião, que estivemos alinhados com a necessidade de encontrar uma solução para executar este investimento e tenho que realçar aqui também o trabalho dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal pela celeridade com que fizeram a avaliação dos terrenos, de modo, a que possamos hoje aqui discutir e aprovar este pedido de Declaração de Interesse Público. Temos alguma urgência, porque o Empresário tem a possibilidade de concorrer a um aviso que está publicado ou que será publicado em breve que suportará uma parte importante do investimento e, portanto, se não fizermos esta Declaração de Interesse Público, neste



momento, o empresário corre o risco de não poder concorrer ao aviso que o penalizará gravemente e não é interesse do Município e daqueles que aqui vivem que ele não tenha as máximas condições para levar por diante este projeto de intervenção.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Vou colocar aqui algumas questões, relativamente, a este assunto e digo-lhe já, por aquilo que o Senhor Presidente disse, votarei favoravelmente como vicentino.

Em primeiro lugar, o Senhor Presidente sabe que há que salvaguardar o que é o estatuto de domínio público e, neste caso, é de ocupação por parte da empresa da Beiravicente da estrada. Também não está aqui bem elucidado e adianto já, qual é essa área? Porque se não vejamos, os bens do domínio público pertencem ao Estado e às autarquias, nos termos do nº. 2 do artigo 84º. da Constituição da República, nº. 1 do artigo 15º., também da Lei do Património Imobiliário Público, Decreto-Lei nº. 280/2007, de 7 de outubro.

Então vejamos o seguinte, aquilo é domínio público, é público e é da Câmara Municipal, não sabemos a área para depois efetuar a cessação a permuta. Essa é uma das questões que não está bem elucidada. Mas, vamos fazer este raciocínio, se realmente há interesse e não estou contra aquilo que são os desígnios da empresa, valorização local e não só, e compreendo tudo isto que possa dar ao desenvolvimento local, a questão está, o domínio público tem que passar a domínio privado municipal para que a partir daí se possa permutar a área de conceção para uma nova via.

Senhor Presidente, parece-me que o assunto que aqui vem, é sobre o projeto público, se é isso, então temos que ter cuidado e volto novamente a dizer que há uma alteração da estrada que é domínio público e há que solicitar, como solicita esta empresa uma declaração de interesse público para construir, ocupando parte da estrada. Mas, a estrada sendo do domínio público é alienável, não se pode fazer alienação. E, por isso, tem que haver um processo de passar para o domínio privado



da Câmara para depois entrar em contato e haver a cessação e aí entra a outra pergunta que lhe queria fazer. Há que compreender o novo espaço com a Junta de Freguesia e com a população porque segundo a ata que vem da Assembleia de Freguesia não é consensual, 3 abstenções e 1 voto contra e o Senhor sabe bem. Há gente descontente e por isso mesmo há que reunir com população para que se possa informar todo este processo do novo traçado para que assim, nessa permuta de cessação, realmente haver benefício de todos.

Luís Alfredo Cardoso Resende (Diretor de Departamento de Ambiente, Obras e Sustentabilidade) –

Há aqui questões que também não são muito claras. Do ponto de vista cadastral e de propriedade, o troço da Senhora da Orada é propriedade privada, logo tenho dúvida que se possa considerar que é público e se tenha que desafetar. Se ainda está dentro da propriedade. Por isso mesmo, que neste tipo de declaração que foi solicitado, foi para que analisássemos as duas questões, os dois vetores da situação, uma é da instalação da unidade fabril porque ultrapassa os dois mil metros quadrados, portanto isto está previsto no PDM como uma forma que poderem ser implantadas uma vez que não houve hipótese e talvez não justifique fazer uma zona industrial em todas as freguesias, em todas as localidades e possibilitar que se faça este tipo de empreendimentos, ainda mais aqueles que exploram os recursos locais. Só faz sentido, uma fábrica que faz o engarrafamento das águas da nascente se for perto da própria fonte, não vai fazer uma fábrica aqui.

O que quisemos aqui foram dois vetores, um que era a declaração de interesse público para a unidade em si, mas alertando que o troço da Senhora da Orada vai ter que ser arranjada uma alternativa e agora há um acordo ou não há um acordo. Se há acordo que mude, então sim, se não houver acordo que mude, por aí podemos alegar, “mas há quantos anos foi feita esta repavimentação” este era um caminho privado, como havia muitos que às vezes conduziam às ermidas. Recordo agora, por exemplo,



um problema que ainda não conseguimos resolver, se me permitem, aquele caminho de Malpica para o posto da Guarda Fiscal, pensávamos todos que era público, mas estava dentro de uma propriedade privada.

Eu percebo as suas questões, mas nós como técnicos também podemos colocar estas duas questões, alertá-lo para estas duas grandes áreas que é a instalação da Unidade em si que é uma declaração de Interesse Pública e a outra é a alteração do traçado, vão ter o acesso à Senhora da Orada por uma estrada que terá que ser feita pelo promotor porque ele não vai permutar o terreno porque aquilo é dele. Ele pode é ceder-nos a nós e a seguir quando a estrada estiver feita é que passamos a licença para a construção da fábrica.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Portanto agora fiquei a saber qual é o assunto que nos traz aqui, é o projeto. Eu estava na Assembleia de Freguesia quando, efetivamente, esta unidade foi instalada em S. Vicente da Beira e até sei que a canalização da exploração passa junto a esta via e, portanto, há todo o interesse desta unidade como é óbvio, vamos também ser claros. Agora as questões ancestrais, mas as canadas também tiveram esse problema e, portanto, quando uma estrada que ao longo de tantos anos foi sempre aquele que serviu para uma ermida, não podemos agora dizer que não é público. Portanto, há aí uma constatação. Volto a dizer, fiquei agora a saber da área, mas a área não está definida, Senhor Engenheiro. Não nos interessa da ocupação, isso é do uso do Senhor da Beiravicente. A nós interessa-nos a área para que depois este Município possa chegar a um acordo para esclarecer a população. Muito cuidado com estas coisas das acessibilidades e questões religiosas e então, neste caso, com a Senhora da Orada.

Eu sou uma pessoa otimista, sei que chegará a um bom porto, as coisas têm que se fazer de forma clara e não estou a dizer que esta Câmara não o faça, mas o



que é do domínio público, todos nós temos que salvaguardar e por isso mesmo chegaram a um entendimento vindo da Junta de Freguesia e a própria população, etc.

Presidente da Câmara

Será o empresário a fazer a estrada e os custos associados a esta operação estão inteiramente a cargo do empresário, aliás essa vontade foi manifestada logo na primeira reunião.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer de interesse público, a ampliação da unidade industrial de engarrafamento de água da Fonte da Fraga, na freguesia de S. Vicente da Beira, requerido pela empresa “Beiravicente, S.A

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia Municipal

Com o objetivo de sanarmos a irregularidade de não se ter colocada a intervenção do público na convocatória, gostaria de perguntar se alguns dos Senhores Deputados se opõe a que possamos abrir aqui um pequeno espaço para a intervenção do público.

Ninguém se opondo e não havendo ninguém no público, portanto, julgo que esta irregularidade formal fica assim sanada e vamos procurar que nas próximas convocatórias esta questão não se repita.

Portanto, damos assim por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal, agradecendo a todos os Senhor Deputados a presença e também a todos os que tiveram a oportunidade de assistir remotamente a esta sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 12 horas e 40 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,
